

ACOMPANHAMENTO DE AÇÕES ESTRATÉGICAS E PROJETOS

PD TIC 2022-2023

Posição Março/2024 v1.0

COORDENADORIA DE SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÕES (CSTIC)														
Nome	Objetivo	Problema a ser resolvido	Benefícios Estimados	Posição Atual	GP/Responsável	Status	Início Previsto	Entrega Produto Final Prevista/Realizada	Início Previsto anterior (histórico)	Entrega Produto Final Prevista anterior (histórico)	Custo Estimado	Custo Realizado	PRIORIZAÇÃO (TOTAL)	Link GitLab
COORDENADORIA DE DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS (CDS)														
Implantação do e-Gestão administrativo no SIGEP	Alimentar o e-Gestão Administrativo a partir do sistema SIGEP.	O sistema legado RH está sendo substituído pelo SIGEP, que passa a ser o sistema oficial de recursos humanos do Tribunal. Desta forma, o sistema e-Gestão deve deixar de utilizar o RH como fonte de dados e passar a ler estes dados do SIGEP.	Fonte de dados única para dados de recursos humanos	Desenvolvimento já havia sido concluído. Para validação, SEGESP-SEFIC e SIA (junho/2022) teve o entrega pausada com Item de e-Gestão administrativo a serem migrados, contendo as diferenças entre RH e SIGEP. SETIC está aguardando retorno dessa avaliação pelo SEGESP, para eventuais ajustes e migração de todos os itens do e-Gestão. Quando o sistema antigo de RH for desativado, obrigatoriamente esse processo deverá ser implantado.	Felipe Levin	Suspensão	março/2022	(dezembro/2023)					1875	https://gitlab.trf4.jus.br/setic/cds/cds-gegest-co-issuats/
Migração da NovaJus4 e Ejuaz para o Oracle 19c	Realizar a migração dos sistemas NovaJus4 e Ejuaz do oracle 11g para o 19c.	Os sistemas NovaJus4 e Ejuaz utilizam o oracle na versão 11. Essa versão é antiga e sem suporte do fornecedor e com isso, precisa ser migrada. A migração desses sistemas envolve múltiplas equipes do desenvolvimento, pois possuem integrações variadas. Após, ainda será preciso a migração de outros sistemas, como o Portal, o que será feito em ações posteriores.	Atualização tecnológica. Aumento da segurança do banco de dados. Garantia de suporte do fornecedor.	CDS realizou estudo sobre a migração da NovaJus4 e Ejuaz para o oracle 19c e aguarda que a CIT (SGBD) tenha disponibilidade para iniciar a preparação do banco de dados no novo banco, a ser feito durante o primeiro trimestre de 2024. Após a liberação do banco de dados na versão 19c, DISDEC precisa dimensionar o trabalho a ser feito para realizar a migração. Migração do sistema pela CDS está dependendo da migração técnica do banco de dados.	Felipe Levin	Em Execução	18/09/2023	(dezembro/2024)					4750	
Protótipo para Minuta de Relatório de Sentença com uso de IA Generativa	Elaboração automatizada de conteúdo não decisório de sentença.	A redação de minutas de sentença compreende diversas etapas burocráticas, como a elaboração de relatório, a síntese dos argumentos das partes em cada matéria, a busca por precedentes qualificados e a consulta de modelos textuais pertinentes. Embora essas atividades não envolvam a avaliação de mérito propriamente dita, elas são essenciais e demandam uma parcela considerável do tempo do magistrado no julgamento de um caso concreto. Nesse cenário, o sistema visa agilizar as etapas burocráticas, permitindo que o julgador concentre seus esforços na análise de mérito.	Em uma primeira análise, foi estimado que o tempo despendido nas atividades complementares de minuta de sentença compreendem de 15 a 30% do total. Assim, é esperado que o produto final possa economizar em torno de 20% do tempo na produção de sentenças.	O desenvolvimento do sistema envolve o uso de grandes modelos de linguagem (LLM) por meio de serviços de empresas a serem contratadas. A interrupção ou alteração desses serviços afetam diretamente o sistema e a precisão de seus resultados. Além disso, a imensa diversidade de formulação de petições iniciais e de contestações é um desafio significativo a ser superado. Nesse aspecto, existe o risco de que o sistema funcione satisfatoriamente apenas em um conjunto determinado de processos, que possuem petições mais bem estruturadas.	Frederico Oliveira Cardoso	Em Execução	01/01/2024	março/2024 (trabese de um protótipo, ainda não há previsão de como será o Produto Final)			R\$ 42.000,00 (contratações apenas para o ano de 2024)			
CANCELADOS														
PJe 2.0 - Auto cadastramento de advogados e Jus Postulandi, em arquitetura orientada a serviços	Colaborar com os Tribunais da JT para desenvolver funcionalidades de arquitetura legada do PJe para a arquitetura 2.0. O desenvolvimento do auto cadastramento de advogados e Jus Postulandi (partes que se auto representam) com as seguintes características: compatível com a nova arquitetura tecnológica definida pelo CSJT, interface com visual leve e moderno e usabilidade com recursos que proporcionem facilidade na manutenção de dados das pessoas cadastradas no PJe.	Funcionalidades em arquitetura legada do PJe 1.0 oferecem maiores vulnerabilidades e menor grau de manutenibilidade.	Atualização tecnológica. Redução de vulnerabilidades. Maior facilidade nas manutenções e atualizações.	Estava aguardando API para assinatura de documentos pessoais, que foi liberada pelo CSJT final de setembro/22. Desenvolvimento iniciado em outubro/22. Em dez/22, projeto havia sido suspenso, por falta de formalização dos novos integrantes do GNN e aguardando definições para continuidade do projeto. Retomado início de 2023. Desenvolvido como um módulo separado do PJe. Novamente suspenso em abril/23, aguardando definições e priorização por parte do CSJT, que priorizou outros desenvolvimentos para a equipe do TRT4.	Fábio Garcia	Cancelado	(03/10/2022)	(julho/2023)	02/05/2022	(dezembro/2022)			2625	https://gitlab.trf4.jus.br/setic/cds/cds-gegest-co-issuats/18/
FAE 2.0 - Nacionalização do Sistema de Apoio à Execução	Nacionalizar o Sistema de Apoio à Execução (FAE), retirando dependências de sistemas locais e segurança padronização do CSJT, para que possa ser utilizado por toda JT.	Atender a demanda do CSJT de disponibilizar o sistema FAE 2.0 de Apoio à Execução para todas as unidades da Justiça do Trabalho.	Possibilitar o uso de FAE 2.0 por todas as unidades da Justiça do Trabalho.	Sistema a princípio tinha sido ajustado para ser instalado em outros Tribunais. Realizado piloto em homologação com sucesso no TRT8, em agosto/21. No entanto, CSJT indicou adequações necessárias a serem feitas: adaptar a programação a requisitos técnicos e estruturais dos sistemas nacionais e solucionar questões de performance (identificadas em Tribunais grandes). Solicitou também o ajuste nos seguintes documentos: manual de instalação, manual do usuário e documento de arquitetura de software. AÇÃO SUSPENSA em setembro/22; nenhum estílo para nacionalização deve ser feito no momento. Aguardando posição do CSJT se a FAE será um sistema nacional ou se o EGE-PJe assumirá essa funcionalidade (conforme registro na EGPJE-2626). Após a mudança de gestão do CSJT (outubro/22), Lúcia buscou uma posição com o grupo de trabalho: "Prezada Lúcia / TRT04 Gerente Projeto, informo que esta questão será levada à nova gestão recém-empossada no CSJT para deliberação". Obs.: Os esforços para melhorias na FAE versão do TRT4 devem continuar.	Lúcia Speranza	Cancelado	junho/2021	(dezembro/2022)					4250	https://gitlab.trf4.jus.br/setic/cds/cds-gegest-co-issuats/19/
Assistente de Sentenças (Assis) - 2023	Em 2022 foi desenvolvido e concluído protótipo de automação de minutas de sentenças para processos de verbais resoluções. Em 2023 esse protótipo será ampliado, a fim de automatizar a elaboração do relatório de sentença, para qualquer tipo de sentença.	O protótipo concluído em 2022 para automação de minutas de sentenças para processos de verbais resoluções traz benefícios para esse tipo de processo. A partir desse resultado positivo, é possível o início de sua aplicação para outros tipos de sentenças.	Ampliar a automação de minutas de sentenças para outros tipos de processos, além dos de verbais resoluções.	Disponibilizado no protótipo a automatização da elaboração do relatório de sentença, para qualquer tipo de sentença, conforme sugestão recebida do Juiz Auxiliar da Presidência (Dr. Daniel Nonato). Aguardando a validação do protótipo, prevista de ser feita por três juizes a serem definidos. Suspenso em Setembro/2023. Motivo: suspensão considerando os estudos em andamento de IA generativa e sua possível aplicação, semelhante à necessidade a atender pelo projeto Assis.	Fábio Garcia	Cancelado	(julho/2023)	(dezembro/2023)	(janeiro/2023)				1750	https://gitlab.trf4.jus.br/setic/cds/cds-gegest-co-issuats/19/
COORDENADORIA DE INFRAESTRUTURA TECNOLÓGICA (CIT)														
Substituição da Telefonia Convencional	Substituir as centrais telefônicas convencionais do Tribunal por solução baseada em VoIP.	Centrais telefônicas são ferramentas desnecessárias hoje em dia, pois podem ser facilmente substituídas pela infraestrutura de rede. A telefonia convencional prende um usuário a determinada localização geográfica, enquanto a solução VoIP permitirá a mobilidade plena.	Diminuir o parque de ativos de TIC, não sendo necessário gerir centrais telefônicas convencionais. Dar liberdade de movimento para os usuários, que poderão usar os ramos pela rede IP através de telefones IP, navegadores e app de smartphones.	Contratação concluída (PROAD 4844/2022), referente a 1400 unidades (1) substituição das centrais telefônicas convencionais (POA concluída); (2) instalação dos gateways (concluído); (3) instalação dos aparelhos em POA (em andamento); (4) instalação dos aparelhos no interior (em andamento). No entanto, alguns usuários não aceitaram a troca pois dependiam de telefones sem fio, o que não estava previsto inicialmente nessa ação. Com isso, foi necessário encaminhar compra de aparelhos sem fio (200 unidades). Essa quantidade é para suprir os que não trocaram os aparelhos pois necessitam de sem fio, mais os que abriram mão temporariamente dos sem fio. Aparelhos sem fio comprados, com previsão de recebimento em dezembro/23. Após, necessário necessário planejar a instalação (capilar e interior). Obs.: na data de 25/set/23, total de 1.014 aparelhos VoIP instalados (POA-interior). A quantidade foi redimensionada para 300 aparelhos sem fio, que foram entregues antes do prazo. No momento 7 unidades estão sendo testadas por usuários e as informações estão sendo usadas para determinar as melhores configurações iniciais e o manual do usuário. Estamos prevendo o início da instalação em março, através da nossa terceirizada de atendimento. Quanto ao restante da demanda (originalmente era de 360 aparelhos), a SETIC deverá negociar com a administração e determinar se nova compra será feita em 2024.	João Encarnação	Em Execução	(maio/2021)	(maio/2024)	(novembro/2021)	(julho/2023)	R\$1.522.000,00 (referente ao ano de 2022)	Total R\$2.184.159,77 sendo: R\$1.554.937,37 (equipário) R\$629.222,40 (5 anos de suporte técnico)	2750	https://gitlab.trf4.jus.br/setic/cds/cds-won-issues/22/
Centralização do INFOR 2023	Criar um conjunto de servidores virtuais nos datacenters de Porto Alegre e importar todos os SGBD Oracle das unidades do interior do estado.	Com o PJe e o teletrabalho, o acesso a partir da rede local do interior ao INFOR caiu muito. Ao mesmo tempo, os dados são buscados para Porto Alegre para alimentar as ferramentas de BI e estatísticas, além do backup. Então, hoje temos um acesso local ao sistema por quem utiliza pouco e remoto onde há maior demanda. Esta ação visa ajustar essa distorção.	Melhor desempenho para as consultas de estatísticas. Não depender da WAN para a geração das estatísticas. Fazer o backup diretamente, sem precisar trafegar os dados pela WAN.	Essa ação tinha como pré requisito a conclusão da ação "Acréscimos de servidores nos datacenters 2022" e por isso sua estimativa tinha sido ajustada para o final de 2022. Devido a problemas no local, Rio Grande já foi migrado em julho/agosto/23, estando centralizado em POA. São Leopoldo migrado também. Os demais precisam ser programados. Estamos iniciando a programação com o objetivo de concluir tudo no primeiro semestre de 2024.	Paulo Mendes	Em Execução	(julho/2023)	(junho/2024)	(novembro/2021)	(dezembro/2023)	custo zero (utiliza recursos da ação "Acréscimos de servidores nos datacenters 2022")		1250	

Renovação das redes sem fio 2023	Renovação do parque de equipamentos de redes sem fio de todo o Tribunal, com atualização tecnológica e ajuste da área de cobertura.	O software de gerenciamento da rede sem fio encontra-se descontinuado e com componentes de hardware tecnicamente defasados. Necessário também a ampliação da cobertura, com adoção de um número maior de pontos de acesso.	Maior desempenho para as redes sem fio. Melhor cobertura dentro das dependências do Tribunal.	Contrato atual com a Teletex venceu em 31/Julho/23. CIT tinha elaborado o termo de referência. Devido a problemas no processo, definida a participação da compra do TRT23, que estava mais avançada e tem meta para recebimento dos equipamentos ainda em 2023. Até a renovação, os equipamentos funcionam sem garantia (funcionam mas não conseguimos alterar a configuração de funcionamento da rede sem fio). Além da contratação da rede sem fio, é necessário organizar a contratação do cabeamento, de responsabilidade da SEMPRO. No momento a maior incerteza sobre esse projeto é a disponibilidade orçamentária. A direção da SETIC precisa levantar se haverá dinheiro para essa compra em 2024.	Paulo Mendes	Em Execução	(junho/2021)	de acordo com a contratação		(dezembro/2023) (julho/2024)	R\$2.400.000,00 (2023) R\$2.800.000,00 (2024)		4250
CANCELADOS													
Implantação de uma solução de gerenciamento de performance de aplicações (Application Performance Management - APM)	Melhoria no monitoramento da performance e da disponibilidade das aplicações providas pelo Tribunal, incluindo Avaliação constante da experiência dos usuários durante utilização das aplicações. Mapeamento automático de dependências entre aplicações e a infraestrutura que as sustentam - atendendo às recomendações dos órgãos reguladores no que se refere ao mapeamento dos ativos vinculados ao suporte aos serviços de TIC. Identificação de gargalos que contribuem para a perda de performance ou disponibilidade das aplicações, indicando as porções de código ou elementos de infraestrutura que devem ser ajustados para a correção do problema. As aplicações são oferecidas para os usuários em regime de 24x7x24x7. Portanto, essa contratação deverá incluir aporte de pessoal para complementar a força de trabalho interna da área de tecnologia da informação, que já opera com déficit de servidores de acordo com o cálculo disponibilizado no Guia de Implantação da ENTIC-JUD.	Apesar de muito esforço, nossa capacidade de diagnóstico para a solução de problemas com os sistemas é bastante limitada frente à crescente complexidade. Se por um lado temos uma ampla capacidade de monitorar nossa infraestrutura, por outro, muitas vezes, somos incapazes de correlacionar o mau desempenho de uma aplicação com um elemento específico dessa infraestrutura. Isso torna a solução dos problemas um lento e desgastoso processo de tentativa e erro. Contribuímos para essa dificuldade: A crescente complexidade e variedade da infraestrutura interna nos nossos datacenters; Dependências externas como outros Tribunais e órgãos do governo, sistema bancário e a infraestrutura pessoal de acesso dos usuários. Um portfólio formado por mais de uma centena de sistemas, com diferentes arquiteturas e muitas vezes desenvolvidos fora do TRT4 e não raramente pouco documentados.	Maior celeridade na solução de problemas de performance e funcionamento dos sistemas; Prover as equipes de infraestrutura com informação para a rápida correção de gargalos; Prover as equipes de desenvolvimento com informações para a rápida correção de problemas no código dos sistemas desenvolvidos localmente; Prover informações para abertura de chamados para prestadores de serviços externos, como o sistema bancário; Prover informações para a abertura de chamados para os fornecedores de sistemas desenvolvidos fora do TRT4.	Projeto havia sido suspenso em agosto/22. Definido que participamos do pregão coletivo grupo PETI, ainda não ocorrido. Em paralelo, a CSPD realizou POC da ferramenta ZERIM, com possibilidade de atender parcialmente a essa funcionalidade. E SIMON realizou POC com o Elastic Search. Cancelado em set/23. Motivo: O projeto nacional para o pregão coletivo foi sucessivamente adiado. Os problemas de performance do PJe que impediram a desatização do projeto, continuam. Além disso, utilizamos a versão free do Elastic e vamos iniciar a utilizar a versão free do APM, o que atenderia a necessidade no momento. Com isso, a área técnica entende que atualmente os benefícios a serem alcançados com essa ferramenta, não justificam o investimento na presente ação.	Paulo Mendes	Cancelado	(junho/2021)	(dezembro/2023)		(abril/2022)	R\$1.600.000,00		4125
Renovação switches interior 2023	Renovar o contrato de garantia ou substituir os equipamentos por novo, garantindo a continuidade dos serviços de TIC no interior.	Término da garantia dos switches atuais em 04/dezembro/2023, necessitando a renovação do contrato de garantia atual ou a aquisição de novos equipamentos.	-Manter os equipamentos cobertos por um contrato de garantia e manutenção. No caso de compra de novos equipamentos, atualização tecnológica.	Contrato de garantia dos equipamentos atuais (número 75/2018) com duração até 04/06/23. Renovação da garantia se mostrou com alto custo, bem como uma nova compra. Cancelado em setembro/23. Motivo: Alto custo para a renovação da garantia, bem como para a compra de novos. A garantia dos equipamentos atuais encerra-se final de 2023, mas na prática, a estimativa da vida útil desses equipamentos é de 8 anos (final de 2025). Com isso, os equipamentos atuais podem continuar sendo utilizados e caso algum venha apresentar problema, pode ser substituído por outro que temos como contingência. Posteriormente, nova ação será aberta para essa renovação.	Paulo Mendes	Cancelado	(agosto/2022)	(dezembro/2023)					4250
Contratação de terceiros 2022	Suprir a falta de pessoal qualificado em infraestrutura. São três frentes em estudo: contratação de pontos de trabalho para administradores de sistemas, contratação de técnicos residentes para infraestrutura básica (gerador, climatização, datacenter) e contratação de NOC (network operation center - centro para monitoramento 24x7).	Com o mercado de TI aquecido, a Infraestrutura vem sistematicamente perdendo seus recursos humanos. A reposição feita através de concursos externos geralmente traz pessoal especializado em áreas diferentes da infraestrutura - geralmente programadores. Além disso, há previsão de aposentadoria de diversos colegas nos próximos anos. Somar-se a tudo isso, uma demanda crescente por TI. Essa ação visa reforçar o quadro de servidores da Infraestrutura para que ela continue capaz de cumprir sua missão.	Melhor desempenho da área de infraestrutura.	Durante o andamento do projeto, avaliada possibilidade de contratação de NOC (network operation center) como serviço, no qual a empresa contratada realiza o monitoramento remoto da Infraestrutura, com uma base de conhecimento sobre ações a serem realizadas ou acionando os responsáveis no TRT4, quando necessário. Suspensa em junho/23: primeiro vamos organizar o Zabbix (monitoramento), para depois reavaliar a necessidade/forma de contratação. Nova estimativa para elaboração do Termo de Referência: em maio/24.	Paulo Mendes	Cancelado	(fevereiro/2024)	(julho/2024)	(fevereiro/2022)	(março/2023) (julho/2023)	R\$180.000,00 (ano de 2024, referente somente a parte da infra, sem a parte da segurança da informação)		4375

COORDENADORIA DE GESTÃO E APOIO À GOVERNANÇA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÕES (CGGTIC)

Nome	Objetivo	Problema a ser resolvido	Benefícios Estimados	Posição Atual	GP/Responsável	Status	Início Previsto	Entrega Produto Final Prevista/Realizada	Início Previsto anterior (histórico)	Entrega Produto Final Prevista anterior (histórico)	Custo Estimado	Custo Realizado	PRIORIZAÇÃO (TOTAL)	Link GilLab
Nova solução de gerenciamento de demandas e serviços (SETIC)	Estudar, contratar e implantar uma nova solução de gerenciamento de demandas e serviços, na SETIC.	Unificar o registro e gestão das demandas internas do TRT4, para atendimento às solicitações dos usuários, destinados tanto à SETIC como às demais áreas. Abatimento dos usuários de tecnologia da informação utilizam o software Assyst para o registro e acompanhamento de suas demandas. Por sua vez, a gestão de requisições das áreas administrativas do Tribunal utiliza o sistema TraceGP para suportar a Central de Recebimento de Demandas Administrativas - CREDEM. Para ser possível a substituição do TraceGP, a nova ferramenta precisa atender também os processos atualmente implementados na SEMPRO e SEAPA, como os fluxos de transportes e registro de medidas (valores de materiais e não de obra) utilizados pela SEMPRO. A SECEGP também precisa ser consultada, sobre seus processos.	-Diapor de um canal unificado de solicitações de serviços internos no Tribunal. -Facilitar a implantação de novos ciclos de gerenciamento de serviços -Substituir as ferramentas descentralizadas para gestão de serviços por uma solução única e atualizada, capaz de implantar serviços adicionais como abertura de chamados por aplicativos de mensagem	PROAD 4941/2022. Contratada ferramenta Qualitor. Processos da SETIC já mapeados. Em fase final de homologação. Previsão de implantação do projeto piloto em Janeiro/2024 está atualmente em 16 unidades. Previsão de implantação em todo o TRT-4 em 4 de março/2024.	Ricardo Kurylenko	Em Execução	(dezembro/2021)	(março/2024)		(dezembro/2023)	R\$894.000,00 (implantação e manutenção por 1 ano)		3750	
Nome antigo: Nova solução de gerenciamento de demandas e serviços		Obs.: O contrato atual do Assyst venceu em abril/2023 (já prorrogado). Planejamento inicial considerava a implantação em todo o TRT4. No entanto, o escopo foi replanejado para considerar a implantação apenas na SETIC no ano de 2023. Após, nova ação será aberta para a implantação da ferramenta nas demais áreas.												
Piano Anual de Capacitação 2023	Atualizar e aperfeiçoar as competências técnicas e gerenciais dos servidores da SETIC, por meio da execução do Plano Anual de Capacitação do ano de 2023. Essa é uma ação recorrente, que acontece de forma anual.	As equipes da Setic, em função da natureza de suas atividades, precisam estar constantemente em processo de desenvolvimento e atualização de competências técnicas e gerenciais, por meio de um processo de capacitação contínua, devidamente vinculadas às atribuições de cada servidor, e que seja capaz de promover equilíbrio no balanceamento da capacitação entre as áreas de acordo com as necessidades e a criticidade.	-Atender às necessidades de capacitação técnica e gerencial das equipes da Setic. -Proporcionar ao Tribunal e entrega de serviços dentro de padrões de alta qualidade e eficiência, alinhado às melhores práticas de mercado.	O PAC 2023 executado. Em levantamento dos indicadores finais e relatório final.	Ricardo Kurylenko	Em Execução	(setembro/2022)	(abril/2024)			A estimar		2500	
Revisão dos processos de Elaboração do Plano Diretor de TIC e de Execução e Monitoramento do PDITC	Revisar os processos de Elaboração do Plano Diretor de TIC e de Execução e Monitoramento do PDITC, verificando oportunidades de melhoria e adequando-os à realidade atual.	Os processos de Elaboração do Plano Diretor de TIC e de Execução e Monitoramento do PDITC foram instituídos pela Portaria Nº 1.861, de 2018. Precisam ser revisados e atualizados, para refletir o realizado, bem como, para ajustar possíveis melhorias.	-Otimizar e atualizar os processos de Elaboração do Plano Diretor de TIC e de Execução e Monitoramento do PDITC. -Registrar processos que reflitam a realidade praticada.	Início do mapeamento do processo em setembro/23. Informado para a auditoria abril/24 como prazo para conclusão.	Ricardo Kurylenko	Em Execução	(setembro/2023)	(abril/2024)	(maio/2023)	(agosto/2023)			3375	

CANCELADOS

Proposta de encaminhamento de projeto de lei para criação de cargos e funções comissionadas específicas para a área de tecnologia da informação e comunicações	Elaborar proposta de projeto de lei para criação de cargos específicos de TI, bem como de funções comissionadas de modo a permitir a adequação da SETIC no que refere ao número de servidores efetivos e a real valorização das pessoas. A necessidade é que o TRT defenda o item relacionado à gestão de pessoas, que restou pendente do ciclo da ENTIC-JUD finalizado em 2020, foi apontada pelo Corregedor-Geral da JT na ata da Comissão realizada entre 12 e 16 de julho de 2021, tendo destacado a valorização do pessoal de TIC. Considerando que até o momento não houve priorização administrativa para concretizar a valorização das equipes de TIC, e que não há margem para sublocar a questão com os cargos que poderiam ser transformados para TI, ou FCs a serem realizadas, a solução definitiva depende da criação de novos cargos e funções.	O aumento das atribuições e responsabilidades da área de tecnologia ocorridos com a mudança de paradigma do processo judicial para o meio eletrônico, onde a tecnologia aborve inúmeras atribuições burocráticas e a responsabilidade sobre a guarda e disponibilidade de 100% dos autos dos processos judiciais digitalizados, não foi acompanhada de uma política de valorização capaz de remunerar os servidores de acordo com a criticidade das suas responsabilidades para a prestação jurisdicional.	Estabelecer uma política efetiva de valorização aos servidores da área de tecnologia da informação, atendendo às recomendações do CNU e do CCST.	Não iniciada. Cancelada em dez/22. Motivo: entende-se que a ação precisa ser replanejada e criada em outro momento, no sentido de contemplar o acompanhamento da iniciativa nacional que está ocorrendo entre os gestores das TIs, para valorização da carreira Y.	Ricardo Kurylenko	Cancelado	(agosto/2022)	(dezembro/2023)					2000	
--	--	--	--	--	-------------------	-----------	---------------	-----------------	--	--	--	--	------	--

COORDENADORIA DE IMPLANTAÇÃO DE SISTEMAS (CIS)														
Nome	Objetivo	Problema a ser resolvido	Benefícios Estimados	Posição Atual	GP/Responsável	Status	Início Previsto	Entrega Produto Final Prevista/Realizada	Início Previsto anterior (histórico)	Entrega Produto Final Prevista anterior (histórico)	Custo Estimado	Custo Realizado	PRIORIZAÇÃO (TOTAL)	Link GitLab
Preservação digital e gestão documental apoiada na implantação do modelo RDCArq para processos eletrônicos ou processos físicos digitalizados Nome antigo: (Integração do Atôm com o Archivemática)	Integração do sistema Archivemática com o Atôm, para o tratamento do acervo de processos. Projeto foi proposto ao CSJT pelo Memorial do TRT da 4ª Região e o envolvimento da SETIC será no sentido de dar suporte ao projeto de pesquisa que será desenvolvido para esta finalidade, na qual o TRT4 será o piloto do projeto nacional.	Atualmente os processos físicos de guarda permanente estão sendo digitalizados e armazenados sem atender os requisitos previstos nos atos normativos que regem a preservação de documentos digitais, em especial acerca dos metadados necessários à identificação dos objetos digitais.	-Documento contendo modelo de arquitetura computacional, física e lógica, incluindo segregação, das aplicações informacionais relacionadas ao barramento RDC-Arq. -Aplicação do modelo de arquitetura computacional no barramento aplicável ao PJe. -Documento contendo padrão de código das aplicações informacionais relacionadas ao barramento RDC-Arq. -Código fonte da aplicação da integração dos conceitos com o barramento do PJe.	Este projeto deriva do projeto de implantação do Atôm no Memorial e esteve suspenso por 3 anos aguardando um projeto nacional, sendo retomado em 2022. No TRT4 a gerência negocial está sob responsabilidade do Memorial (Maurício), com acompanhamento da SETIC para contratação da solução e implantação técnica. Contrato com o IBICT assinado dia 12/fev/22 (PROAD4330/2022). Etapas já iniciadas. Prazo para implantação no TRT4 é de 2 anos (até setembro/24). Posteriormente, prazo de 1 ano para implantação nacional e mais 2 anos de suporte. CNU estabeleceu meta do nível de qualidade para que o Atôm estivesse instalado nos Tribunais, contendo pelo menos 100 itens arquivísticos, até 31/julho/23. Como o TRT4 já tem o Atôm instalado, conseguimos cumprir a meta. Para os demais Tribunais, o fornecedor o roteiro de instalação do Atôm, de forma emergencial e separado do cronograma do projeto, ficando sob responsabilidade de cada Tribunal instalado. Em novembro/23, importado o primeiro processo (de forma preliminar) vindo do PJe para o RDCArq no TRT4.	Alex Fagundes	Em Execução	junho/2022	(julho/2024)		(dezembro/2023)	Custo solicitado para CGGTIC/Contratos		2125	https://gitlab.trt4.us.br/setsic/cis-kabinetu/-/issues/311
Implantação da versão 2.7 do módulo GEMINI	Implantação da nova versão do módulo GEMINI, com divulgação e ampliação do uso da ferramenta para os gabinetes de desembargadores.	O módulo GEMINI foi instalado em produção dia no 06/03/2021, juntamente com a versão 2.6 do PJe. Para registro dessa implantação, foi criada e concluído no PDTIC2020-2021 a ação: "PJe- Implantação do GEMINI", a qual teve seu objetivo principal atingido. No entanto, com a instalação em produção da versão 2.7 do PJe (em dez/21), houve mudanças e novidades nesse módulo, as quais serão avaliadas. Além disso, o novo módulo precisa ser divulgado para os demais gabinetes, visto que foi utilizado basicamente no projeto piloto, pelo OJC Análise de Recurso. Para isso, a presente ação foi criada no PDTIC2022.	-Diminuição do tempo de elaboração dos votos realizados pelos assistentes de Gabinete, devido à possibilidade de atuação em processos semelhantes selecionados pelo sistema, utilizando conhecimento comum entre eles.	Foram realizadas a instalação e o treinamento da IA, FICU suspenso, aguardando resolução do JIRA PJEKZ-46088 para que possa ser realizada a indexação de documentos sem a exposição de dados sigilosos. Farias comentou Jira em 23/Jan/23: "Problemas". Estamos com esse problema desde 2021, impossibilitando o avanço da indexação e demais aplicações resultantes dessa importante indexação no PJe. Há previsão de resolução? Correção liberada na versão 2.9 do PJe e instalada em produção dia 23/fev/23, a qual precisa ser validada para ter seu domínio de uso liberado.	Alex Fagundes	Suspenso	(dezembro/2021)			(dezembro/2023)			2125	https://gitlab.trt4.us.br/setsic/cis-kabinetu/-/issues/314
Implantação do SCMP- PATRIMÔNIO Nome antigo: Substituição do SCMP -ALMOXARIFADO do sistema de PATRIMÔNIO	Implantar sistema SCMP-PATRIMÔNIO, em substituição ao sistema atual.	O sistema de PATRIMÔNIO atualmente utilizado é desenvolvido em tecnologia defasada (desktop/olap). Atualmente já temos instalado o sistema SCMP, o qual o TRT24 desenvolve e disponibiliza aos Tribunais que desejam utilizar. Esse sistema possui um módulo de PATRIMÔNIO. Além disso, o sistema SCMP será reescrito e será nacional.	-Utilização de um sistema já em produção. -Um sistema a menos para ser dado manutenção. -Disponibilização de novas funcionalidades inexistentes no sistema atual. -Facilidade para migração do sistema nacional.	SCMP-Atualizado/implantado em produção e em uso. Ainda em utilização o sistema antigo de Patrimônio, desenvolvido em Delphi. Como o sistema SCMP é utilizado apenas na rede interna, definido que esse módulo atual de PATRIMÔNIO deve ser implantado. Desenvolvidos primeiros scripts de migração de dados e aguardando validação da SA, para continuidade do processo de migração. Em paralelo (sem escopo de nova ação), o sistema SCMP atual será reescrito pelo TRT24 em nova tecnologia, corrigindo eventuais falhas de segurança. Aguardando validação da SA, para continuidade do processo de migração.	Alex Fagundes	Em Execução	maio/2022	(dezembro/2024)	agosto/2022	(dezembro/2023)			1500	https://gitlab.trt4.us.br/setsic/cis-kabinetu/-/issues/29
CANCELADOS														
Serviço Atôm em nuvem (SaaS)	Análise da viabilidade técnica e financeira da contratação do serviço Atôm em nuvem (SaaS) com posterior migração, se for o caso.	O sistema Atôm utilizado pelo Memorial é uma ferramenta software livre atualmente instalada e gerenciada localmente na SETIC. O projeto consiste em avaliar a viabilidade de contratação de uma empresa especializada no fornecimento desse serviço.	-Liberação de recursos humanos atualmente envolvidos na gestão e atualização de infraestrutura do ATOM.	Cancelado em maio/22. Motivo: a ação de "Preservação digital e gestão documental apoiada na implantação do modelo RDCArq para processos eletrônicos ou processos físicos digitalizados" é uma ação que faz parte de um projeto nacional e vai atender o objetivo de integração do sistema Archivemática com o Atôm, para o tratamento do acervo de processos. Observando que a infraestrutura da ação nacional, inicialmente está projetada para uma instalação local.	Alex Fagundes	Cancelado	agosto/2022	(julho/2022)					2625	
EXE-PJe	Implantar o sistema satélite EXE-PJE nas unidades de 1º grau.	Permitir o registro e a consulta de forma ampla pelas unidades judiciárias de bens penhorados, bem como do status de buscas de bens ou valores já realizadas em fase de execução.	-Reduzir retrabalho de diferentes unidades na busca de bens ou valores das memórias reclamadas. -Compartilhamento de informações sobre bens ou valores entre todas as unidades. -Racionalização do trabalho dos Oficiais de Justiça.	Sistema está instalado no ambiente de produção, com o parâmetro que o habilita desligado. Controladora elaborou o novo normativo. Capacitações e treinamentos realizados pela EJ sobre o processo de Execução. Iniciado em novembro/22 piloto de Central de Mandados de PJe com 1 usuário e em março/23 expandido para todos usuários dessa unidade. Após, poderia ser disponibilizado para outros setores. Ação cancelada em abril/2023. Motivo: SNGB (Sistema Nacional de Gestão de Bens) disponibilizado pelo CNU. Sua utilização depende da área de negócios e não envolve instalação por parte da SETIC. Além disso, o CSJT solicitou a não implantação do EXE-PJE no momento, pois será adequado para ser integrado ao SNGB. Com isso, ação cancelada. Uma nova ação deve ser aberta quando necessário.	Alex Fagundes	Cancelado	(maio/2022)	(junho/2023)		(dezembro/2022)			2625	
SAF - Sistema de Assentamento funcional (módulo do PROAD)	Implantar na SEGESP o Sistema de Assentamentos Funcional para gestão e armazenamento de documentos funcionais de forma digital.	Atualmente a guarda de documentos funcionais é feita em meio físico na SEGESP.	-Redução de espaço físico necessário. -Maior agilidade na consulta de documentos funcionais. -Maior segurança em relação ao armazenamento de documentos funcionais.	ETAPAS DO PROJETO Concluída: instalação do SAF em ambiente de homologação e de produção em agosto/2021. Concluída: exposição do sistema para a SEGESP e DG em agosto/2021. Concluída: elaboração de manual de usuário. Em andamento: pendente definição pela SEGESP quanto à migração do legado (assentamentos funcionais em papel) e quanto à data de início de utilização do SAF. Ação suspensa em 27/01/22, pois definido em reunião com o Comitê do PROAD que a SEGESP não conseguirá atuar nesse projeto no primeiro semestre de 2022. Posteriormente, definido que o SAF não será mais no PROAD e sim, será disponibilizado no SIGEP. Comitê Gestor do SIGEP precisa definir a prioridade desta ação, juntamente com a disponibilidade da SEGESP.	Alex Fagundes	Cancelado	(junho/2021)	(dezembro/2022)					2125	https://gitlab.trt4.us.br/setsic/cis-kabinetu/-/issues/2
PJe - EREC 2.0	Implantação do EREC 2.0 (módulo de análise de Recursos de Revista integrado ao PJe).	O EREC atual é desktop (tecnologia antiga) e não é integrado ao PJe.	Versão web do programa de análise de recursos de revista integrada ao PJe, mais moderna e com novas funcionalidades.	O módulo EREC 2.0 (integrado ao PJe) foi instalado em produção em 06/03/21 com a versão 2.6 do PJe. No entanto, em razão de deficiências e bugs identificados, foi definido com a Assessoria de Recursos de Revista que não seria utilizado, sendo-se optado pelo uso do EREC DESKTOP 2.6.2. Em Dez/21 a versão do EREC 2.0 foi atualizada junto com a versão 2.7 do PJe. Em reunião com a Assessoria de Recursos de Revista em 16/11/2021, na qual foi apresentada essa nova versão, ficou definido que ela ainda não será utilizada até que o TRT4 disponibilize a ferramenta de migração dos modelos de despachos. O TRT29 disponibilizou ferramenta para migração dos modelos. E a issue no Jira PJEKZ-66056 (que tratava alguns erros) foi corrigida. Retornado em avaliação conjunta com a Secretaria de Recursos de Revista no final de março/23. Dia 30/março/23, realizado novo contato com a Assessoria de Recursos de Revista e definida novamente pela suspensão do projeto, pois eles solicitaram junto ao comitê nacional o desenvolvimento de algumas funcionalidades imprescindíveis (especialmente no que tange à gestão, distribuição e revisão dos processos de recurso de revista funcionalidades para as quais o PJe é mais limitado em relação ao EREC DESKTOP). A princípio a área usará a aguardar a liberação desses desenvolvimento, para posterior início da utilização do sistema. Enquanto isso, continuará utilizando o EREC DESKTOP.	Alex Fagundes	Cancelado	01/11/2021						3125	https://gitlab.trt4.us.br/setsic/cis-kabinetu/-/issues/2

COORDENADORIA DE SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO E PROTEÇÃO DE DADOS (CSIPD)														
Nome	Objetivo	Problema a ser resolvido	Benefícios Estimados	Posição Atual	GP/Responsável	Status	Início Previsto	Entrega Produto Final Prevista/Realizada	Início Previsto anterior (histórico)	Entrega Produto Final Prevista anterior (histórico)	Custo Estimado	Custo Realizado	PRIORIZAÇÃO (TOTAL)	Link GitLab
Implantação de solução para conscientização de segurança da informação por meio de gamificação	Disponibilizar aos usuários uma forma mais interativa, dinâmica, interessante e eficaz para abordar temas de conscientização de segurança da informação, por meio de gamificação.	Baixo interesse e adesão dos usuários às ações propostas sobre segurança da informação, gerando baixo conhecimento sobre esse tema por parte dos usuários, gerando maior probabilidade de exposição do ambiente tecnológico aos riscos de segurança.	-Obter maior interesse e participação dos usuários nas ações de conscientização sobre segurança da informação. -Diminuir os riscos de segurança do ambiente tecnológico, por meio da disseminação de mais informações de conscientização aos usuários.	Termo de Referência concluído em julho/23 pela CSIPD e encaminhado pela SACTIC. Pregão realizado em 23/11 e em fase final de validação e licitação. Contratação ainda pendente, pois aguarda definição se TRT04 terá disponibilidade orçamentária para essa contratação.	Lucas Pozatti	Em Execução	(março/2023)	(março/2024)		(dezembro/2023)	Custo a estimar		3250	
Implantação de solução SOC (Security Operation Center) /MOR (Managed Detection and Response)	Contratar serviço gerenciado de segurança para monitoramento e resposta a eventos de segurança da informação no ambiente tecnológico do TRT4.	Devido à crescente necessidade de proteção do ambiente tecnológico, cada vez mais soluções de segurança passam a fazer parte do rol de ferramentas. Isso faz com que sejam registrados diversos eventos em diferentes consoles, impossibilitando a equipe da CSIPD, que é bastante enxuta, de analisar proativamente de forma eficiente o que está ocorrendo no ambiente, de forma que se tenha uma visibilidade satisfatória.	-Acréscimo de recursos humanos e tecnológicos para segurança da informação. -Conformidade com melhores práticas de segurança da informação. -Aumento da capacidade de monitoramento e resposta a incidentes de segurança da informação, com maior proatividade.	Não iniciado. A princípio faríamos adesão à ata do TRT02 para contratação de solução de segurança da informação para o monitoramento do ambiente tecnológico e resposta a incidentes cibernéticos. TRT02 tinha como meta realizar a licitação ainda em 2023. Aguarda contratação TRT02 mesmo objeto. Já preenchido IRP para participação.	Lucas Pozatti	Em Execução	A definir	A definir, pois o Pregão ainda não foi publicado pelo TRT02		(dezembro/2023)	RS\$ 725.114,94 (condicionado à descentralização de recursos pelo CSJT)		3500	

PROJETOS CONCLUÍDOS - RESULTADOS e BENEFÍCIOS

Nome	Resultado (O que foi feito)	Benefícios	Entrega Produto Final Realizada	Custo Estimado	Custo Realizado
COORDENADORIA DE SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÕES (CSTIC)					
Monitores de 27" para Magistrados	Fornecimento de monitores de 27" para uso dos magistrados, quando estiverem fora das dependências do Tribunal. Ao todo serão compradas 300 unidades, sendo 290 para os Magistrados e 10 para reserva técnica.	—Atualização do parque de equipamentos do Tribunal, com as respectivas garantias atualizadas. —Disponibilizar aos magistrados monitores novos, com configuração superior e recursos mais avançados do que os usados atualmente, possibilitando a visualização de mais de um sistema simultaneamente na mesma tela.	(março/2024)	R\$ 528.600,00	R\$ 545.316,00 (valor estimado mais o custo de R\$ 16.716,00 referente ao envio dos monitores para o interior do estado)
Estudo para racionalização de impressoras no TRT	Objetivo: Promover a racionalização do uso de impressoras no TRT4 com as seguintes ações, a serem realizadas em conjunto SETIC-DGCA: -Projeto-piloto de redução do parque de impressoras instaladas na área administrativa e unidades judiciais de Porto Alegre. -Redução do número de impressoras instaladas em todas as unidades da área administrativa e unidades judiciais do TRT. -Realização de estudo sobre a vantagem da contratação de serviço de outsourcing de impressão. O que foi feito: Aprovado estudo para a racionalização do uso de impressoras no TRT4 e iniciada a redução, com as seguintes ações: -Realizado estudo que analisa a vantagem de permanecer com equipamentos de impressão próprios ou terceirizar o serviço de impressão. Comitê de Governança de TIC aprovou a solução de aquisição de equipamentos próprios. -Em parceria com a Seção de Sustentabilidade do TRT, realizado estudo no qual foi aprovado o novo padrão de distribuição de equipamentos de impressão no TRT, o que resultará na redução do número de equipamentos de impressão em uso no Tribunal. O novo padrão foi formalizado pela Portaria 9474/2023, cujo texto foi atualizado pela Portaria 4483/2022. -Colocada em prática a etapa de redução do número de multifuncionais em uso no TRT (prevista para o ano de 2022). Em 2023, com o término da garantia das impressoras laser Lexmark MS610, será possível realizar a redução desses equipamentos.	Estimado/realizado: -Maior eficiência na gestão das impressões. -Diminuição da quantidade de impressoras em uso. -Redução do custo com impressoras instaladas no TRT (manutenção e toner). O número de equipamentos de impressão em uso antes do projeto era de 967. Com a redução já feita, temos 767 equipamentos de impressão em uso. A previsão para 2023 é que o número máximo de equipamentos de impressão seja de 642.	(agosto/2022)	Sem Custo	Sem Custo
Renovação do parque de notebooks (Nome antigo: Renovação do parque de notebooks Positivo N350)	Objetivo: Aquisição e fornecimento de 567 notebooks para substituição dos que estão em uso atualmente no TRT. Serão substituídos os notebooks em uso pelos magistrados, assessores de Desembargador/assistentes de Juiz de 1º Grau e pelas Varas do Trabalho e Escola Judicial. O que foi feito: Aquisição de 629 notebooks HPs, para substituição dos dois modelos (N350 e N8140) em uso atualmente. Os notebooks foram entregues da seguinte forma: 260 Magistrados; 159 Assistentes; 56 Gabinetes e Administração; 20 DCDF Interior; 49 Outros e 44 Reserva Técnica.	Estimado/Realizado: -Atualização do parque de equipamentos do Tribunal, com as respectivas garantias atualizadas; -Disponibilizar aos usuários equipamentos mais novos e com configuração superior, aptos a acessar sistemas que demandem mais poder de processamento.	(agosto/2023)	R\$1.366.000,00 Valor estimado em 2021 para 226 notebooks com base na ANP do TRT3 R\$2.230.000,00 Valor estimado em 2022 para 278 notes no valor de R\$8.000,00	R\$2.212.000,00 Aquisição de 289+27 notebooks no valor de R\$7.000,00 cada, realizada em 2021 R\$1.757.000,00 Aquisição de 251 notes no valor de R\$7.000,00 cada, realizada em 2022 R\$427.000,00 Aditivo de 61 notes x R\$7.000,00, realizado em 2022 (obs.: todos comprados com o mesmo valor)
Renovação do parque de computadores C800	Objetivo: Aquisição e instalação de 1.100 microcomputadores para substituição dos equipamentos Positivo C800 que estão em uso atualmente nas unidades judiciais e administrativas do TRT, com o prazo de garantia vencido. Os equipamentos serão adquiridos com 5 anos de garantia. O que foi feito: Adquiridos 1.100 computadores novos Lenovo M80a. Posição de 08/03/2023: Desse total comprado, foram instalados 1.055 unidades e 45 ficam como reserva técnica, para demandas urgentes que possam ocorrer até ser feita nova compra de novos computadores. Dos 1.100 computadores C800 antigos, 94 ainda permanecem em uso, pois nem todos os substituídos foram C800.	Estimado/realizado: -Atualização do parque de equipamentos do Tribunal, com as respectivas garantias atualizadas. -Disponibilizar aos usuários equipamentos mais novos e com configuração superior, aptos a acessar sistemas que demandem mais poder de processamento	(fevereiro/2023)	R\$4.191.960,00 Aquisição: R\$4.050.000,00 (valor aprovado no Plano de Contratações*) Instalação: R\$141.960,00 (valor estimado na instalação anterior)	R\$4.886.500,40 Aquisição: R\$4.339.000,00 (1.100 computadores X R\$4.339,00 cada) Valor das instalações: R\$113.600,40 (WynTech)
Remodelagem da solução de Quiosque Digital	Objetivo: Atualizar o modelo de imagem utilizada na preparação dos computadores de quiosque, que atualmente requer um modelo específico de máquina (positivo D570, computador antigo e fora da garantia), e que apresenta muitos passos manuais após a baixa de imagem propriamente dita, tornando o processo muito demorado. O que foi feito: Atualizado o modelo de imagem a ser utilizado na preparação dos computadores destinados aos quiosques, a fim da imagem ser compatível com computadores mais atuais, como os C820. A partir desse projeto, a nova imagem fica disponível para ser utilizada em computadores mais novos, quando assim for definido.	Estimado: Maior agilidade na preparação e disponibilização dos computadores destinados aos quiosques. -Utilização nos quiosque de computadores mais novos do que os Positivo D570 que já estão fora da garantia. Realizado: Maior agilidade na preparação e disponibilização dos computadores destinados aos quiosques. -Possibilidade de utilização nos quiosque de computadores mais novos do que os Positivo D570 que já estão fora da garantia.	(setembro/2022)	R\$10.000,00 Valor estimado para a substituição dos computadores em uso atualmente. Obs: Esse custo deve ser estimado em projeto específico para a troca de computadores nos quiosques	Sem custo
Adequação das salas de audiências e sessões	Objetivo: Equipar salas de sessão e salas de audiência com equipamentos de som e imagem, bem como realizar as adaptações nas ambientes físicos necessárias para realização de audiências mistas por videoconferência, primando pela qualidade de som e imagem, necessárias para depoimentos que serão apenas gravados. O que foi feito: Adaptadas as salas de sessão e as salas de audiência com equipamentos de som e imagem, possibilitando a realização de audiências mistas por videoconferência, primando pela qualidade de som e imagem, necessárias para depoimentos que serão apenas gravados. Nas salas de sessão foram instaladas câmeras e TVs no plenário, sala do térreo e as salas do 9 andar. Nas salas de audiência foram adquiridos 176 kits de mesa de som (1 mesa e 5 microfones), incluindo transporte, instalação e garantia. Foram instaladas 166.	Estimado/Realizado: -Possibilidade de realizar as audiências e sessões mistas (híbridas).	(dezembro/2023)	R\$49.216,00 SALAS DE AUDIÊNCIA, orçamento inicial total de R\$3.600.000,00 para solução (1 mesa de som e 5 microfones) x 159 salas + reserva técnica	SALAS DE SESSÕES, total de R\$49.216,00 Sendo: 52 plenário+32 (9o. andar)+12 (salas de sessões do térreo), com câmeras no valor de R\$3368,00 cada. Instalação de uma TV de 55" em cada sala de sessão (exceto no Plenário que possui o telão); 5 TVs, com valor de R\$2.778,00 cada. PROJETO PILOTO NAS SALAS DE AUDIÊNCIA, total de R\$1.730,60 Sendo: 4 microfones no valor de R\$432,60 Solução contratada para as salas de audiência: kit de mesa de som de 6 canais, 5 microfones unidirecionais e 1 fone de ouvido, incluindo transporte e instalação nas unidades do TRT e garantia de 36 meses. Comprados 170 unidades + aditivo de 06 unidades. Valor total: 176 x R\$14.100,00 Totalizando: R\$2.481.600,00 Descontado R\$6.000,00 dos 10 locais não instalados.
Estudos sobre a utilização de uma nova solução de gestão de Desktops e Notebooks	Objetivo: Manter os computadores e notebooks do Tribunal, sempre atualizados, independente de estarem sendo usados dentro ou fora da rede do TRT. O que foi feito: Realizado estudo e indicada a ferramenta a ser contratada como solução de gestão de desktops e notebooks do TRT, a fim de manter esses equipamentos atualizados e integrantes do inventário, independente de estarem sendo usados dentro ou fora da rede do TRT.	Estimado: -Computadores e notebooks com software sempre atualizados, independente de serem usados dentro ou fora da rede do TRT. -Possibilidade de obter as informações para o inventário de software e hardware dos computadores e notebooks do Tribunal, mesmo que estejam em uso fora da rede do TRT. Realizado: -Após a contratação da ferramenta indicada no estudo, será possível termos os computadores e notebooks com software sempre atualizados, independente de serem usados dentro ou fora da rede do TRT. -Após a contratação da ferramenta indicada no estudo, será possível obter as informações para o inventário de software e hardware dos computadores e notebooks do Tribunal, mesmo que estejam em uso fora da rede do TRT.	setembro/2022	Sem custo	Sem custo
Renovação parcial do parque de computadores positivo C820	Objetivo: Aquisição e instalação de 500 microcomputadores para substituição parcial dos equipamentos Positivo C820 que estão em uso atualmente nas unidades judiciais e administrativas do TRT, com o prazo a vencer, bem como a substituição de outros equipamentos antigos que permanecem em uso. Os equipamentos serão adquiridos com 5 anos de garantia. Obs.: A estimativa total para compra é de 1.993 computadores (R\$9.002.381,00). No entanto, em reunião com o Comitê de Governança de TIC dia 24/04/23, aprovada a compra inicial somente de 500 unidades, para adequação ao limite orçamentário. Restante da compra será encaminhada em ação futura, conforme liberação orçamentária. O que foi feito: Aquisição de 500 microcomputadores, estando 460 já instalados, para substituição parcial dos equipamentos Positivo C820 que estavam em uso nas unidades judiciais e administrativas do TRT, com o prazo a vencer, bem como a substituição de outros equipamentos antigos que permanecem em uso.	Estimado/Realizado: -Atualização do parque de equipamentos do Tribunal, com as respectivas garantias atualizadas, de acordo com o limite orçamentário. -Disponibilizar aos usuários equipamentos mais novos e com configuração superior, aptos a acessar sistemas que demandem mais poder de processamento.	(dezembro/2023)	R\$2.258.500,00 (referente a 500 unidades)	
Renovação de Impressoras Multifuncionais	Objetivo: Aquisição e instalação de 409 multifuncionais para substituição das multifuncionais Lexmark MX611, que estão em uso atualmente e sem garantia desde 2019. As novas multifuncionais serão compradas com 05 anos de garantia, com fornecimento de toner adicional para até 30.000 páginas e serviço de transporte e instalação dos equipamentos. O que foi feito: Aquisição e instalação de 409 multifuncionais para substituição de multifuncionais Lexmark MX611, que estavam em uso e sem garantia desde 2019 e Lexmark MS610, que estavam em uso e sem garantia desde dezembro/2022. As novas multifuncionais foram compradas com 05 anos de garantia, com fornecimento de toner adicional para até 30.000 páginas e serviço de transporte e instalação dos equipamentos. Restaram no parque 12 impressoras Lexmark MX611 e 202 impressoras Lexmark MS610. Obs.: No PLS (Plano de Logística Sustentável) a meta para 2026 era no máximo 425 impressoras no total, contando também com as especiais, como as coloridas e lasers. Por isso o limite de compra de 409 impressoras multifuncionais.	Estimados / Realizados: -Atualização do parque de impressoras multifuncionais do Tribunal, com as respectivas garantias atualizadas. -Disponibilizar aos usuários impressoras multifuncionais novas, com configuração superior e recursos mais avançados com a possibilidade de digitalizar gerando um pdf pesquisável (OCR).	(agosto/2023)	R\$3.067.500	R\$3.155.435,00 (Obs: 409 x R\$7.715,00)
COORDENADORIA DE DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS (CDS)					
Implantação de Sistemas Nacionais de Gestão de Pessoas e eSocial	Objetivo: Implantação dos sistemas nacionais do SIGEP e seus satélites para que o TRT4 passe a realizar integralmente os pagamentos através da FolhaWeb e envio de eventos para o eSocial. Nome antigo: Implantação SIGEP/Folha Web	Estimado: -Padronização nacional de cálculos e pagamentos. -Produtividade, controle e padronização na gestão de pessoas e pagamentos na Justiça do Trabalho. Realizado: -Os acima e; -Desativado de sistema legado de desenvolvimento próprio.	30/12/2022		

Documentação de integrações entre sistemas	Objetivo: Documentar tecnicamente as dependências de integração entre os sistemas estratégicos do Tribunal. Escopo são as integrações dos sistemas PJe e SIGEP.	Estimado: -Redução de risco de impactos de troca de versão do PJe.	(maio/2023)	
Nome antigo: Documentação das integrações de sistema ao PJe	O que foi feito: Documentado tecnicamente as integrações entre os sistemas estratégicos do Tribunal: PJe e SIGEP. Foram documentados no Oracleum, todos os artefatos de integração (como views, web-services e procedures) que consomem ou são consumidos pelos sistemas PJe e SIGEP, bem como, definido processo de manutenção e atualização dessas informações documentadas.	Realizados: -Redução de risco de impactos de troca de versão do PJe e do SIGEP -Documentação centralizada em uma única ferramenta (Oracleum). -Definido procedimento de atualização. -Conhecimento documentado e completo, de fácil acesso, de todas as integrações com o sistema SIGEP e com o sistema PJe, facilitando qualquer manutenção e levantamento de informações necessárias.		
Evolução do Sistema Nacional de Escolas Judiciais	Objetivo: Aprimorar o sistema desenvolvido para a Escola Judicial pelo TRT da 24ª Região, de forma a atender as necessidades de todas as Escolas da Justiça do Trabalho e se tornar um sistema nacional, integrado ao SIGEP no que for necessário, conforme definição do Conselho Superior de Justiça do Trabalho. O que foi feito: Evolução e aprimoramento do Sistema Nacional de Escolas Judiciais, integrado com o SIGEP, conforme definições do CSJT. Versões liberadas: -Versão 2.0 (15/10/2021) no TRT-4, 18/12/2021 para os demais Regionais); exportação para o SIGEP; distribuição em Docker; versionamento de Banco de Dados com Liquibase, certificado emitido segundo modelo nacional da ENAMAT; evento telepresencial; importação de planilha de matrículas; possibilidade de Escola Judicial aprovar a participação de inativos. -Versão 2.1 (12/05/2022): Avaliação de Aprendizagem; novos status de evento (Contratação e Divulgação); campo de Objetivos Estratégicos da Justiça do Trabalho; plano do evento; tela de Gerenciamento de Inscrições; avaliação em eventos por Parecia. -Versão 2.2 (18/08/2022): autenticação com Keycloak; importação de planilha de cursos; relatório de capacitados; relatório de interessados, validador de certificados. -Versão 2.3 (30/11/2022): Relatório Gerencial para acompanhamento do Desenvolvimento Gerencial dos servidores, de acordo com a portaria A-880/2022, view para os dados do Alto Conjunto CGJT ENAMAT 1/2022; declaração de participação de público externo; email de declaração de frequência para usuários do Módulo de Diários do SIGEP; cumprimento de resposta de Avaliação de Aprendizagem insatisfatória; exportação para o SIGEP de carga horária individualizada para cada docente.	Estimado/Realizado: -Uso de sistema único para gestão das diversas atividades das escolas judiciais -Sistema nacional padronizado	(dezembro/2022)	
FAE 3.0 - Evolução do Sistema de Apoio à Execução	Objetivo: Aprimorar o Sistema de Apoio à Execução (FAE) para atender novas necessidades elencadas pelo Juízo Auxiliar de Execução, como a incorporação de consultas automatizadas em convênios, preferencialmente a partir de webservices com as instituições, entre outros. O que foi feito: Evolução do sistema de Apoio à Execução (FAE) para atendimento de novas necessidades elencadas pelo Juízo Auxiliar de Execução: 1)Convênio com a Receita Federal: apresentado para a Corregedoria, que necessita definir início de sua utilização. Existe conflito com a edição Siner do CNJ. 2)Primeira versão da apresentação dos cálculos do PJe-Calc na FAE: entregue para homologação pelo usuário, que precisa definir sobre sua utilização. 3)Disponibilização de saldo/sobra de dinheiro no processo (provisório 273/2020 e 283/2022): validado pela Corregedoria e implantado em produção em novembro/22.	Estimado/Realizado: -Melhorar o trabalho do JAE e das unidades judiciárias durante a fase de execução dos processos.	(dezembro/2022)	
Migração parcial dos portais do JBINTRA	Objetivo: Migrar, implementando novamente sistemas e serviços caso necessário, ambiente jboss portal antiga internet, jboss portal antiga extranet e jboss portal antiga intranet, desligando esses ambientes. Essa ação registrou os portais possíveis de serem migrados até 2023. Para o próximo PDTIC, abrir nova ação, listando todos os portais do JBINTRA que ainda precisam ser migrados. Por isso o nome da ação foi alterado para migração "parcial". O que foi feito: Portal internet -JBOS migrado e desligado. E as seguintes aplicações do JBOS Portal Extranet e intranet já foram desativadas ou migradas: atualização de valores IP,CA e APEX para módulos de classificações; banco de perfis foi desativado; banco de assistentes foi convertida e depois desativada; páginas de atos normativos e comunicações do 1º Grau foram migradas para o VOD; formulário de eliminação de documentos foi migrado; extranet antiga foi desligada; boas práticas foi desativado; autorização de acesso aos dados do IRPF foi desativada; sistema de controle de comunicações foi desativado; GSA (Google Search Appliance) foi substituído pela indexação de documentos do site no Elastic Search.	Estimado/Realizado: -Padronização de ambientes e tecnologias adotadas para portais -Redução de vulnerabilidades de segurança	(dezembro/2023)	
Nome antigo: Migração portais do JBINTRA				
Assistente de Sentenças (Assis)	Objetivo: Estudar um mecanismo de automação para minutar sentenças em processos de verbas resisórias. O que foi feito: Construído protótipo para automação de elaboração de minutas de sentenças em processos de verbas resisórias, utilizando tecnologias avançadas como IA (Inteligência Artificial), autômatos, bases de modelos de textos e OCR. O OCR (reconhecimento óptico de caracteres) foi utilizado para obtenção de informações em documentos não automatizados, isto é, que não constam em tabelas, como os Termos de Rescisão do Contrato de Trabalho confiados no PJe.	Estimado: -Acelerar o processo de prolação de determinadas sentenças.	(dezembro/2022)	
Nome Antigo: Automação de minutas de sentenças		Realizados: -Uso de tecnologias avançadas como OCR, IA, autômatos e base de modelos de textos, possibilitando seu estudo, conhecimento e posterior ampliação de uso para a continuação desse e para demais projetos. -Possibilidade de ampliação do uso dessas tecnologias e do protótipo já criado, para novos modelos de sentenças e demais documentos.		
Pesquisa de Precedentes Qualificados (Pangea)	Objetivo: Demanda da Vice-Presidência, que visa reunir em uma só página a pesquisa por precedentes qualificados do TRT4, do TST e do STF. O que foi feito: Disponibilizado sistema Pangea (Pesquisa de Precedentes Qualificados), o qual possibilita em um só lugar a pesquisa de precedentes qualificados do TRT4, TST e STF.	Estimado: Permitir que os magistrados e seus assistentes, além de advogados, consigam acompanhar de maneira mais fácil os precedentes de observância obrigatória. Com isso, ganha-se tempo de trabalho, valorização da jurisprudência e segurança jurídica. Realizado: -Contribuição para a celeridade processual e segurança jurídica, por meio da aplicação de testes já sedimentadas em decisões anteriores. -União de precedentes qualificados nacionais e regionais em um único sistema. -Facilidade e agilidade na busca dos precedentes qualificados do TRT4, TST e STF, que foram previamente lidos e indexados por um grupo de trabalho especializado no assunto, possibilitando que a pesquisa seja feita por palavras-chaves e refinada com opções avançadas, como a seleção de órgão de origem da decisão ou a espécie do precedente. -Aumento do acesso à informação, por estar disponível para magistrados, servidores, advogados e público em geral, no site www.trt4.jus.br, menu Jurisprudência/Pangea - Precedentes Qualificados.	(30/05/2022)	
Revisão do Guia Util, Desenvolvimento Seguro de Software (Protocolos de Segurança Cibernética)	Objetivo: Revisar o Guia para Desenvolvimento Seguro de Software, atualizando sua versão e data de revisão e ajudando o conteúdo necessário, buscando acompanhar os tópicos mais relevantes para a realidade do desenvolvimento de sistemas do TRT4.	Estimado: Disponibilidade de Guia atualizado com orientações para Desenvolvimento Seguro de Software. Realizado: -Disponibilidade de Guia atualizado com orientações para Desenvolvimento Seguro de Software. -Redução de riscos de ataques cibernéticos ao TRT4, por meio da implementação de soluções de proteção eficazes. -Atendimento ao Protocolo de Prevenção a Incidentes Cibernéticos do Poder Judiciário (PPI/Ciber).	(março/2023)	
Migração da versão do BD Oracle para o 19c (parcial)	Objetivo: Realizar a migração dos sistemas elencados, do oracle 11g para o 19c. Em princípio, durante o ano de 2022 serão migrados os sistemas contemplados na equipe de seção de portais. E para 2023, os sistemas: NovaJust, Eju2 e sistemas de IA. O que foi feito: Migrados os sistemas que foram definidos até o momento (SIGEP e Folha Web), do Oracle 11g para o 19c. Novos sistemas que utilizam oracle já estão sendo instalados na versão 19c, como o caso dos sistemas de BI.	Estimado / Realizado: -Atualização tecnológica. -Aumento da segurança do banco de dados.	(abril/2023)	
PJe 2.0 - Unificação/desunificação de Cadastro de Pessoas Físicas e Jurídicas e endereços	Objetivo: Colaborar com os Tribunais da JT para desenvolver funcionalidades de arquitetura legada do PJe para a arquitetura 2.0. O desenvolvimento de unificações/desunificação de pessoas físicas, jurídicas e seus endereços cadastrados no PJe com as seguintes características: compatível com a nova arquitetura tecnológica definida pelo CSJT; interface com visual leve e moderno e usabilidade com recursos que proporcionem facilidade na manutenção de dados das pessoas cadastradas no PJe. O que foi feito: Liberada funcionalidade no PJe que permite a unificação/desunificação do cadastro de pessoas físicas, jurídicas e seus endereços. Detalhamento: O sistema permite o cadastro de pessoas e endereços sem que seja informado o documento de identificação CPF/CNPJ, possibilitando assim a inclusão de várias ocorrências de cadastro para a mesma pessoa. A nova funcionalidade permite que, quando o documento de identificação for informado, o usuário consiga unificar os vários cadastros (caso houverem) para a mesma pessoa/endereço.	Estimado: -Aderência à nova arquitetura de software do PJe 2.0. -Maior usabilidade no procedimento de unificação e desunificação de pessoas físicas, jurídicas e seus endereços. Realizado: -Aderência à nova arquitetura de software do PJe 2.0. -Eliminação de cadastros duplicados com a funcionalidade de unificação do cadastro de pessoas físicas, jurídicas e endereços. -Menor ocorrência de erro de cadastro.	(outubro/2022)	
AUD4 - Evolução do Sistema de Audiências da Justiça do Trabalho - 2022	Objetivo: Disponibilizar novas funcionalidades no AUD4 durante o ano de 2022, de acordo com definições do GNN do CSJT, como: edição de autotextos pré-definidos, edição de autotexto de conciliação, edição do cargo do assinante da ata, qualificação de testemunhas, alterações no registro de presença das partes, entre outras. O que foi feito: Disponibilizadas novas funcionalidades no AUD4 durante o ano de 2022, de acordo com definições do GNN do CSJT, como: edição de autotextos pré-definidos, edição do cargo do assinante da ata, qualificação de testemunhas, entre outras, conforme lista abaixo. Versões já liberadas para o CSJT: -Versão 1.1.1 (01/2022) - melhorias na integração com o Zoom e na aba IRINSS do formulário de Conciliação; tratada lentidão da versão 1.1.0. -Versão 1.1.2 (02/2022) - importantes melhorias na performance do sistema em geral e especificamente no formulário de Conciliação. -Versão 1.1.3 (05/2022) - adaptação para comunicação com o Shado através do protocolo HTTP; atualizadas atalhas e bases de cálculo INSS 2022; alterações na integração AUD4 e Zoom e atualização das parcelas a deduzir do IRPF na estimativa do INSS. -Versão 1.2.0 (09/2022) - cálculo das custas nos autotextos de arquivamento e desistência; possibilidade de criação de autotextos (de unidade ou de magistrado) que enviem informações ao PJe; possibilidade de alteração dos autotextos durante a edição da ata, incluída opção para atribuir representante e advogado a todos os integrantes do polo (ativo ou passivo) e a determinadas partes, possibilidade de configurar o título do magistrado, alteração no controle de minudagem buscando solucionar falhas no envio das informações do Zoom ao AUD4. -Versão 1.3.0 (versão enviada ao CSJT em 11/2022, ainda não disponibilizada nacionalmente) - possibilidade de, durante a edição da ata, cadastrar e buscar testemunhas cadastradas; impede seleção de dias não úteis nos calendários; estimativa de IR e INSS passa a utilizar atalhas e índices do banco de dados; atualização para angular 14.	Estimado/Realizado: -Maior facilidade e agilidade na edição das atas de audiências pelos secretários de audiência e magistrados.	(dezembro/2022)	
Atualização do sistema de Promoção de Juiz de 1º Grau	Objetivo: Modificar o sistema de Promoção de Juizes de acordo com as determinações da corregedoria, observando o sistema ainda mais automatizado. O que foi feito: Sistema de Promoção de Juizes ajustado a fim de atender os novos critérios definidos pela corregedoria, observando o sistema ainda mais automatizado.	Estimado/realizado: Acelerar o processo de promoção e padronizar os critérios utilizados.	(20/junho/2022)	
Atualização da ACA (Ata de Correção Automática)	Objetivo: Modificar a Ata de Correção Automática de acordo com as determinações do novo corregedor. O que foi feito: Realizadas modificações na Ata de Correção Automática (ACA), conforme determinações do novo corregedor. As modificações contemplam a automatização do preenchimento das novas metas do CNJ e alterações textuais com utilização de textos padrão.	Estimado: Acelerar a confecção da Ata de Correção. Realizado: Agilidade, facilidade e maior segurança na confecção da Ata de Correção. Com a alteração, não é mais preciso digitar manualmente as metas do CNJ nem textos padrão, agilizando, facilitando e dando maior segurança no preenchimento.	(julho/2022)	
Adaptação dos painéis de BI para leitura de dados do SIGEP	Objetivo: Alimentar o BI a partir do sistema SIGEP. O que foi feito: Alterado o processo de carga de dados oriundos do sistema antigo do RH para o BI, a fim de buscar os dados no novo sistema (SIGEP). Ao todo foram migradas 17 fontes de dados existentes.	Esperado: -Fonte de dados única para dados de recursos humanos. Realizado: -Fonte de dados única para dados de recursos humanos. -Eliminar dependência com o sistema de RH antigo, contribuindo para permitir sua desativação.	(julho/2023)	

<p>Automatização de procedimentos repetitivos não realizados em lote - 2022</p>	<p>Objetivo: Desenvolver robôs para executar operações repetitivas realizadas em grande volume, assim como procedimentos em lote. Essa ação está descrita de forma genérica, para abordar e registrar os robôs desenvolvidos durante o ano de 2022, que não estejam mencionados em alguma outra ação específica. As necessidades são identificadas ao longo e do ano e normalmente precisam ser atendidas em curto espaço de tempo.</p> <p>O que foi feito: Robôs liberados em 2022: 1) Robô GRUVE (cota e baixa GRUs no site da Fazenda). Liberado em: 10/12/21 mas não reportado no PDTIC anterior. Até 14/dezembro, baixadas 192 GRUs, economizando 1 dia (di) de trabalho de um servidor. 2) Robô PREA (pré-avaliação de precatórios e RPV's): primeiro robô nacional, desenvolvido a pedido do CSJT. Liberado em: 06/08/22. Até 14/dezembro no TRT4, pré-avaliados 15.349 processos, protocolados 15.338 processos, 19.085 certidões juntadas, 12.484 intimações feitas e 15.017 registros no gPRec, economizando 564 dias úteis de trabalho. 3) Robô CPDAS (conferência para pautas): Liberado em: 21/02/22. Até 14/dezembro, pesquisados 17.699 processos, economizando 253 dias úteis de trabalho. 4) Robô ALVARO (confeção de alvarás): desenvolvido para expedir alvarás em acordos homologados em ações plúrimas e reclamações pré-processuais. Liberado em 04/02/22. Até 14/dezembro, confeccionados 2.791 alvarás, economizando 15 dias úteis de trabalho. 5) Robô Certin (certifica e intima): após a redefinição do polo ativo em diversos processos via script, a situação precisava ser certificada nos autos e a parte intimada para ciência. Liberado em nov/22. Até 14/dezembro/22 foram praticados os atos em 761 processos, economizando 6 dias úteis de trabalho. 6) Robô Fidae versão JAP (fracionador e anexador de digitalizações). Desenvolvido em 2021 com nova versão em 2022. Desde o início da sua utilização até 14/dezembro/22, anexou 4.288 processos, economizando 214 dias úteis de trabalho. 7) Robô Fairo versão Recurso de Revista (ferramenta de automações em análise de recurso). Desenvolvido em 2021 com nova versão em 2022. Desde o início da utilização até 14/dezembro/22, o robô já remeteu 47.464 processos ao 1º grau e classificou 83.177 processos, correspondendo a 432 dias úteis de trabalho. 8) Robô e-Movi versão JAP (movimentador processual): executado para movimentar processos eletrônicos entre duas varas do PJe. Desenvolvido em 2021 com nova versão em 2022. Desde o início da sua utilização até 14/dezembro/22, foram movimentados 25.765 processos, com economia de 18 dias úteis de trabalho. 9) Robô Sislav versão Agenda. Utilizado para suprir deficiência no sistema Sislav na disponibilização de agenda para as unidades judiciais. Desenvolvido em 2021 com nova versão em 2022. Desde o início da utilização até 14/dezembro/22, foram cadastradas 125 agendas, economizando 25 dias úteis de trabalho. 10) Robô COFIN: extração dos dados do módulo de execução financeira do SIGEC para um arquivo CSV. Liberado em: 23/08/22. Até 14/dezembro, 6.970 registros extraídos, economizando 25 dias úteis de trabalho. 11) Robô eSocial: cadastra servidores do Tribunal no sistema eSocial para permitir a baixa em CPIS eletrônica. Liberado em: 27/01/22. De execução única, cadastrou 268 servidores, economizando 2 dias úteis de trabalho.</p>	<p>Estimado/realizado: Liberação do tempo do usuário para realização de outras atividades, que não sejam de procedimentos repetitivos. Considerando todos os robôs já desenvolvidos e as execuções do ano 2022 e anos anteriores, o tempo total economizado até o momento (14/dezembro/22) foi de 8.630 dias úteis de um servidor (ou 31 anos, 6 meses e 5 dias de trabalho).</p>	<p>(dezembro/2022)</p>	
<p>Portal da Transparência de Licitações e Contratos</p>	<p>Objetivo: Disponibilizar Portal da Transparência de Licitações e Contratos, contendo dados de transparência dos processos de licitações, compras, contratos, ativos e apostilas, registro de preços, adesões e participações.</p> <p>O que foi feito: Disponibilizado um Portal Público externo, contendo dados de transparência dos processos de licitações, compras, contratos, ativos e apostilas, registro de preços, adesões e participações. Disponibilizado para os usuários internos das áreas de negócio, um novo módulo para gerenciamento e configuração de documentos associados a esses processos. O portal pode ser acessado em: https://tr4.trf4.jus.br/tpoico.</p>	<p>Estimado/realizado: Atendimento à Lei de Transparência no 14.133/2021. Disponibilização das informações dos processos de licitações, compras, contratos, ativos e apostilas, registro de preços, adesões e participações. Agilidade, confiança, sem necessidade de duplicação de informações e sem retrabalho no processo de disponibilização das informações, visto que a fonte de informações e as funcionalidades disponibilizadas fazem parte do próprio sistema de licitações e contratos utilizado pelo TRT da 4ª Região, o SILC.</p>	<p>(abril/2022)</p>	
<p>Tratamento dos processos físicos arquivados provisoriamente no INFOR</p>	<p>Objetivo: O objetivo principal é listar os processos físicos arquivados provisoriamente no Infor e que ainda não foram migrados para o PJe, a fim de realizar o arquivamento definitivo em lote, conforme critérios definidos pelo JAE e Corregedoria, permanecendo no final os processos necessitam ser migrados para o PJe.</p> <p>Atualmente existe em torno de 27 mil processos nessa situação. Essa tarefa é complexa e deve ser feita em etapas. Após, os processos que não puderam ser arquivados definitivamente e que ainda restarem no Infor, deverão ser migrados manualmente para o PJe pela área usuária (fora do escopo dessa ação). A duração dessa ação dependerá do escopo definido pelo JAE e Corregedoria.</p> <p>O que foi feito: Auxiliar a área usuária no tratamento de aproximadamente 27 mil processos que estavam arquivados provisoriamente no Infor, realizando seu arquivamento definitivo ou sua migração para o PJe. Os processos foram tratados, restando um saldo de 7.778 processos a serem tratados em ação futura, caso necessário.</p>	<p>Estimado: Diminuir de forma automatizada o volume atual (em torno de 27 mil) de processos físicos arquivados provisoriamente no Infor, para que o saldo seja passível de ser migrado manualmente para o PJe. Maior agilidade no processo de migração. Ter 100% dos processos que ainda estão em trâmite de forma digital (no PJe).</p> <p>Realizado: Diminuir de forma automatizada o volume atual (em torno de 27 mil) de processos físicos arquivados provisoriamente no Infor, para que o saldo seja passível de ser migrado manualmente para o PJe. Maior agilidade no processo de migração. Menor saldo de processos a ser tratado.</p>	<p>(dezembro/2023)</p>	
<p>Expansão da implantação do Sistema Nacional de Gestão de Pessoas (SIGEP) - 2023</p>	<p>Objetivo: Expansão da implantação de novas funcionalidades e sistemas satélites do Sistema Nacional de Gestão de Pessoas (SIGEP), durante o ano de 2023.</p> <p>O que foi feito: Expansão da implantação de novas funcionalidades e sistemas satélites do Sistema Nacional de Gestão de Pessoas (SIGEP), durante o ano de 2023. Módulos instalados em produção durante 2023: Aplicativo JT SIGEP; SISAD e Controle de Acesso (CAC); Gestão de Passivos. Módulos que estão em homologação: Designação de Magistrados; PROGECOM; Autatendimento; Módulo Requerimentos de Frequência On-line; Módulo Atualização Cadastral de Inativos e Pensionistas; Módulo de Averbação de Capacitações (EJA). Módulos que estão em instalação: Módulo de Magistrados (MAG); Módulo ARTEMIS.</p>	<p>Estimado/Realizado: Padronização nacional de sistemas de gestão de pessoas e pagamentos.</p>	<p>(dezembro/2023)</p>	
<p>Evolução do Sistema Nacional de Escolas Judiciais - 2023</p>	<p>Objetivo: Continuar o aprimoramento do Sistema Nacional utilizados pelas Escolas Judiciais (módulo do SIGEP), durante o ano de 2023.</p> <p>O que foi feito: Aprimoramento do Sistema Nacional utilizados pelas Escolas Judiciais (módulo do SIGEP), durante o ano de 2023. Foram entregues 3 novas versões, contendo funcionalidades como: inclusão de apostiladas e cedulas com o público interno; individualização da carga horária de docentes dentro de uma mesma atividade; funcionalidade de pedido de suspensão de prazo de magistrados com participação em curso da Escola Judicial; relatório de produtividade de magistrados; novos campos de cadastro de docentes; restauração de campos de titulação acadêmica incluindo áreas CAPES (Banco de Formadores), conjugação/integração SisJud e Moodle; avaliação de público externo (configuração de avaliação por público); geração de certificado de idoneidade; validação da identidade do docente para acessar o portal do docente; permitir o docente visualizar cursos ministrados, certificados e outras informações, incluindo o campo para informação de PCD (pessoa com deficiência) no cadastro de docentes e de público externo; indexação por origem, titulação, gênero, idade e condição PCD. Ao total, foram atendidas mais de 145 demandas de melhorias/correções em versões durante 2023.</p>	<p>Esperados/realizados: Uso do sistema único para gestão das diversas atividades das escolas judiciais Sistema nacional padronizado Expansão do uso do EJUJ em novos Tribunais. Ampliação de funcionalidades disponibilizadas. Maior satisfação dos usuários.</p>	<p>(dezembro/2023)</p>	
<p>AUD4 - Evolução do Sistema de Audiências da Justiça do Trabalho - 2023</p>	<p>Objetivo: Disponibilizar novas funcionalidades no AUD4 durante o ano de 2023, de acordo com definições nacionais junto ao CSJT.</p> <p>O que foi feito: Disponibilizar novas funcionalidades no AUD4 durante o ano de 2023, de acordo com definições nacionais junto ao CSJT. Algumas principais: possibilidade de cadastrar e buscar testemunhas cadastradas; impedir seleção de juiz não úteis nos calendários; estimativa de tempo de audiências para utilizar alvarás e índices do banco de dados; adequação e registro de presença das partes para que a referência às partes concorde com a classe judicial da ação; atualizadas as tabelas do AUD4 em relação ao salário mínimo e à tabela do INSS; integração entre Aud4 e Google Docs para uso da funcionalidade de Digitação por Voz nas audiências (Escrito); tratamento das presenças de partes que contornam o polo ativo e passivo; tratamento dos casos de inversão de polos; otimização da carga de advogados do PJe; melhorias importantes no uso de atalhos de teclado; melhorias nos cadastros.</p>	<p>Estimado: Maior facilidade e agilidade na edição das atas de audiências pelos secretários de audiência e magistrados.</p> <p>Realizado: Facilidade para registro escrito dos depoimentos, em decorrência do uso da digitação por voz nos depoimentos. Redução da carga de trabalho de juizes e funcionários, em todos os graus de jurisdição, em decorrência do registro escrito das audiências. Utilização de recursos de aprimoramento dos dados de testemunhas cadastradas. Manutenção da integração com o Zoom, pela adequação do Aud4 à nova autenticação com o Zoom.</p>	<p>(dezembro/2023)</p>	
<p>Automatização de procedimentos repetitivos não realizados em lote - 2023</p>	<p>Objetivo: Desenvolver robôs para executar operações repetitivas realizadas em grande volume, assim como procedimentos em lote. Essa ação está descrita de forma genérica, para abordar e registrar os robôs desenvolvidos durante o ano de 2023, que não estejam mencionados em alguma outra ação específica. As necessidades são identificadas ao longo e do ano e normalmente precisam ser atendidas em curto espaço de tempo.</p> <p>O que foi feito: Desenvolvidos robôs para executar operações repetitivas realizadas em grande volume, assim como procedimentos em lote. Robôs desenvolvidos em 2023: Albiar; Goro; Rex; Enavipg; Root e Frade (VTS).</p>	<p>Estimado: Liberação do tempo do usuário para realização de outras atividades, que não sejam de procedimentos repetitivos.</p> <p>Realizado: Liberação do tempo do usuário para realização de outras atividades, que não sejam de procedimentos repetitivos. Com os Robôs desenvolvidos neste ano, foram economizados mais de 90 dias úteis de trabalho de um servidor. Essa quantidade se soma aos Robôs desenvolvidos nos anos anteriores, os quais ainda estão em execução e realizam economia de trabalho manual, não contabilizada na presente ação.</p>	<p>(dezembro/2023)</p>	
<p>Painel de BI para o Centro de Inteligência</p>	<p>Objetivo/O que foi feito: Desenvolver um painel de BI que apresente todos os processos do TRT4 (1G e 2G) permitindo cruzamento (agnramento) de processos com características semelhantes), integração com consulta de jurisprudência e identificação, por IA, dos assuntos contidos nos documentos.</p>	<p>Esperado: Celeridade processual e resolução em lote de processos.</p> <p>Realizado: Oportunizar a celeridade processual e a resolução em lote de processos. Possibilitar identificar padrões nos processos existentes. Analisar ações do Centro de Inteligência do TRT4.</p>	<p>(agosto/2023)</p>	
<p>Pje 1º grau - Destaque na revisão das minutas nas tarefas de assinatura</p>	<p>Objetivo/O que foi feito: Permitir que o juiz realize marcação em minutas (despacho, decisão e sentença) que pretende analisar posteriormente com mais detalhe, antes da assinatura. A mesma marcação poderá ser utilizada pelos elaboradores de minutas, indicando a necessidade de maior atenção do juiz em um ponto específico. Minutas com essa marcação estarão bloqueadas para assinatura, até que a análise seja realizada e a marcação seja desfeita.</p>	<p>Estimado/Realizado: Diminuir a possibilidade de um magistrado assinar uma minuta com pendências. Facilitar o trabalho de análise das minutas para assinatura. Evitar retrabalho do magistrado.</p>	<p>(27/abril/2023)</p>	
<p>ADAIR (Análise das Decisões em Aggravio de Instrumento em Recurso de Revista) - Construção de MVP</p>	<p>Objetivo/O que foi feito: Desenvolver um MVP (Mínimo Produto Viável) da ferramenta ADAIR (Análise das Decisões em Aggravio de Instrumento em Recurso de Revista), conforme definições do Programa de Startups da Justiça do Trabalho, no prazo de 3 meses a partir de 10 de julho de 2023.</p>	<p>Estimado/Realizado: Participação no Programa de Startups da Justiça do Trabalho. Diminuição da quantidade de AIRRs, por meio da consulta de decisões proferidas no TST.</p>	<p>(outubro/2023)</p>	
<p>CPJO (Consulta Integrada de Portarias)</p>	<p>Objetivo/O que foi feito: Disponibilizar sistema que possibilite a consulta centralizada, indexada e facilitada às diversas portarias utilizadas pelo Corregedoria e SAM (SEFAMA), Portarias contempladas: SEGESP; Assessoria para Assuntos de Juizes; Atos da Presidência e Ato Conjunto; Edital da Presidência; Portaria da Corregedoria Regional; Portaria da Presidência e Portaria Conjunta; Portaria de CCOFPA e Versão; Projeto da Presidência Regional; Projeto da Presidência e Projeto do Provedor; Portaria Conjunta; Recomendação da Corregedoria Regional; Recomendação da Presidência e Recomendação Conjunta e Resolução Administrativa.</p>	<p>Estimado/Realizado: Agilidade na consulta das Portarias. Possibilidade de consulta por palavras-chaves e filtros avançados (devido à indexação implementada). Garantia de consulta às Portarias antigas. Facilidade para inclusão de novas fontes de dados de Portarias, como as serem disponibilizadas no novo sistema de RH.</p>	<p>(abril/2023)</p>	
COORDENADORIA DE INFRAESTRUTURA TECNOLÓGICA (CIT)				
<p>Renovação dos ativos de rede de POA 2021</p>	<p>Objetivo: Expandir garantias dos equipamentos switches de core e de acesso dos prédios do complexo Praia de Belas, e adquirir novos equipamentos para substituição a partir do novo vencimento da garantia.</p> <p>O que foi feito: Adquiridos e instalados 144 switches de rede nos prédios do complexo Praia de Belas.</p>	<p>Estimado/realizado: Manutenção dos níveis de disponibilidade da rede.</p>	<p>(dezembro/2022)</p>	<p>R\$ 4.500.000,00 R\$ 3.971.682,78</p>
<p>Melhoria da climatização do CPD1</p>	<p>Objetivo: Ampliar a capacidade de resfriamento da sala-cofre. O que foi feito: Ampliada a capacidade de resfriamento da sala-cofre. Fornecimento, instalação e ativação de ar condicionado de precisão modelo Emerson Liebert S23 à unidade condensadora HCE33 em sala-cofre no TRT da 4ª Região, em Porto Alegre/RS. Fechamento lateral e superior de corredor técnico da sala-cofre, com instalação de portas de corre. Adequações no elevador. Sala-cofre com execução de teste de estanqueidade e auditoria da ABNT conforme procedimento PED47.13.</p>	<p>Estimado/realizado: Regularizar e redundância de máquinas de climatização (n+1). Permitir o acréscimo de mais carga no futuro.</p>	<p>20/junho/2022</p>	<p>R\$250.000,00 R\$ 344.027,00 Valor estimado com base na última contratação, mais possível reajuste</p>
<p>Migração de sistemas de terceiros para nuvem</p>	<p>Objetivo: Eleger e migrar sistemas em uso no Tribunal que funcionariam melhor e com mais segurança no modelo de software como serviço (SaaS), MOODLE, SIAB... O que foi feito: Sistemas SIAB e Moodle migrados para rodarem na nuvem, como serviço (SaaS).</p>	<p>Estimado/Realizado: Maior disponibilidade da solução, uma vez que será mantida por empresa especializada ou até mesmo pelo desenvolvedor. Transferir o risco de eventuais vulnerabilidades de segurança para fora da infraestrutura do Tribunal, mitigando o risco que essas vulnerabilidades sirvam como porta de entrada e afetem serviços críticos. Permitir maior foco da equipe de TI do Tribunal para serviços críticos mais fortemente vinculados às atividades fim.</p>	<p>(maio/2022)</p>	<p>SIABI: Estimado em R\$15.633,30 em 2021 Moodle: Estimado em R\$100.000,00 em 2022 SIABI: R\$22.680,00 (referente a 1 ano) Moodle: R\$110.751,00 (referente a 2 anos)</p>

<p>Acesso internet para o interior via SD-WAN</p> <p>Nome antigo: Mudanças nos serviços de conexão das unidades remotas do TRT ao datacenter e à Internet (WAN 2022)</p>	<p>Objetivo: Remodelagem da comunicação de dados para os Foros do Interior, considerando os novos requisitos de tráfego intensivo de áudio e vídeo impostos pela gravação de audiências, bem como a expansão da utilização de serviços em nuvem.</p> <p>O que foi feito: Remodelagem da comunicação de dados para os Foros do Interior, por meio da contratação de prestação de serviço gerenciado de rede de dados de longa distância definida por software (SD-WAN), incluindo implantação, fornecimento de equipamentos, plataforma de gerência, operação e manutenção dos links. Para cada localidade, foram contratados 2 links IP dedicados (variando a capacidade conforme o tipo da localidade) e um link de banda larga terrestre. Anteriormente, as localidades contavam apenas com dois links dedicados.</p>	<p>Esperado: Permitir que os usuários nas unidades do interior tenham uma experiência de trabalho próxima à experiência dos usuários da capital no que se refere a serviços de TIC.</p> <p>Realizados:</p> <ul style="list-style-type: none"> -Permitir que os usuários nas unidades do interior tenham uma experiência de trabalho próxima à experiência dos usuários da capital no que se refere a serviços de TIC. -Viabilizar aos usuários/das unidades remotas o uso concomitante de videoconferências, manipulação de arquivos de mídias de audiências e o uso do PJe. -Modernizar a tecnologia de rede de longa distância. -Racionalizar a gestão dos serviços de comunicação e dos equipamentos centralizadores de comunicações do interior, desonerando as equipes de infraestrutura da SETIC. -Reduzir o custo da banda de rede (valor por mbps) o custo por Mbps no contrato anterior (MPLS) era de R\$72,38. Esse custo cai para R\$10,89 se considerados os links de IP dedicado da SD-WAN. E caem para R\$6,38 se considerados também os links de banda larga da SD-WAN. -Aumentar a capacidade da banda: o aumento das bandas varia de localidade para localidade, mas considerando os dois links de IP dedicado, a largura de banda cresceu em média 13 vezes em relação aos contratos anteriores. E se contabilizarmos o terceiro link (banda larga) a ampliação média sobe para 20 vezes em relação a antes. 	<p>(setembro/2023)</p>	<p>R\$240.000,00 (referente ao ano de 2022)</p>	<p>Custo mensal de R\$167.821,00</p> <p>De abril a setembro/23 foi pago R\$ 389.451,96. A partir de outubro, será pago o valor cheio mensal</p>
<p>Renovação de no-breaks médios 2022</p>	<p>Objetivo: Ciclo normal de aquisição e troca de nobreaks que atendem o backbone de rede no Complexo Praia de Belas (impedem que a rede caia quando falta luz).</p> <p>O que foi feito: Aquisição e troca de 5 nobreaks médios que atendem o backbone de rede no Complexo Praia de Belas, a fim de impedir que a rede caia quando falta luz.</p>	<p>Realizado:</p> <ul style="list-style-type: none"> -Impedir que a rede caia no complexo Praia de Belas no caso de falta de luz. -Manutenção dos equipamentos e funcionalidades atuais em relação aos nobreaks médio do complexo Praia de Belas. 	<p>19/Julho/2022</p>	<p>R\$100.000,00</p>	<p>R\$135.000,00 (5 unidades x R\$27.000,00)</p>
<p>Renovação de no-breaks datacenter do interior 2022</p>	<p>Objetivo: Ciclo normal de aquisição e troca de nobreaks que atendem os datacenters das unidades do interior.</p> <p>O que foi feito: Aquisição e substituição de 20 no-breaks dos datacenters das unidades do interior, que estavam com garantias vencidas.</p>	<p>Estimado/Realizado: Manter os equipamentos cobertos por um contrato de garantia e manutenção, evitando grandes indisponibilidades.</p>	<p>(Julho/2023)</p>	<p>R\$216.000,00</p>	<p>R\$197.550,00 (referente aos 18 adquiridos em 2022) R\$21.950,00 (2 nobreaks adquiridos em 2023)</p>
COORDENADORIA DE GESTÃO E APOIO À GOVERNANÇA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÕES (CGTIC)					
<p>Plano Anual de Capacitação 2020</p>	<p>Objetivo: Atualizar e aperfeiçoar as competências técnicas e gerenciais dos servidores da SETIC, por meio da execução do Plano Anual de Capacitação.</p> <p>O que foi feito: Elaborado e realizado Plano Anual de Capacitação da SETIC anos de 2020 e 2021.</p>	<p>Estimado/Realizado:</p> <ul style="list-style-type: none"> -Atender às necessidades de conhecimento técnico e gerencial das equipes da Setic. -Proporcionar ao Tribunal e entrega de serviços dentro de padrões de alta qualidade e eficiência, alinhado às melhores práticas de mercado. -Alinhar os indicadores estabelecidos no Plano Estratégico de TIC da Justiça do Trabalho (Resolução CSJT 158/2015). 	<p>(abril/2022)</p>	<p>2020: R\$320.529,54 2021: R\$306.045,78</p>	<p>2020: R\$136.474,20</p>
<p>Revisão dos processos de Desenvolvimento e de Sustentação de Software</p>	<p>Objetivo: que foi feito: Revisar os processos de desenvolvimento e sustentação de software com o objetivo de unificá-los em um único processo, orientado ao desenvolvimento e gestão de produtos de software.</p>	<p>Estimado: Melhorar e simplificar as atividades envolvendo construção de software para entregar com maior agilidade e assegurar maior aderência à metodologia de desenvolvimento.</p> <p>Realizado:</p> <ul style="list-style-type: none"> -Simplificação de atividades e maior agilidade nas entregas, por meio da unificação em um único processo os atuais processos de desenvolvimento e de sustentação de software. -Adoção da visão de desenvolvimento de software orientado a produtos. -Maior envolvimento da área de negócio no processo, por meio da formalização dos gestores de produtos dos sistemas (portaria 2.338 de 2/2021). -Atendimento a requisitos de segurança, por meio da inclusão da equipe de Segurança da Informação no processo. -Destaque de atividades relevantes no processo, como (Verificar Requisitos LGPD, Registrar Ação como Estratégica, Testar Vulnerabilidade e Verificar Requisitos de Acessibilidade). 	<p>(abril/2022)</p>		
<p>Medidas emergenciais em caso de ataques cibernéticos</p> <p>Nome antigo: Planejamento de medidas emergenciais em caso de ataques cibernéticos</p>	<p>Objetivo: Estabelecer junto às áreas judiciais de 1ª e 2ª grau, um plano de ações emergenciais do TRT para o caso de um ataque cibernético, onde os recursos de TIC fiquem indisponíveis e as ações críticas e emergenciais (nas quais não se pode suspender o prazo) possam ser realizadas, analisadas e decididas.</p> <p>O que foi feito: Disponibilizado script para consulta aos documentos de um processo específico, seja de 1 ou 2º Grau. A consulta poderá ser utilizada como medida emergencial, nos casos em que o banco de dados do PJe esteja disponível, independentemente da disponibilidade ou não de demais itens da infraestrutura.</p> <p>Obs.: A ação foi replanejada para acompanhar também a liberação da solução, além do planejamento.</p>	<p>Estimado: Permitir que os jurisdicionados possam encaminhar ações emergenciais, mesmo sem que haja acesso aos sistemas do TRT4.</p> <p>Realizado: Permitir de forma emergencial a consulta a documentos de processos específicos do 1 ou 2 grau, nos casos de indisponibilidade do ambiente, desde que o banco de dados do PJe esteja disponível.</p>	<p>(setembro/2023)</p>		
<p>Plano Anual de Capacitação 2022</p>	<p>Objetivo: que foi feito: Atualizar e aperfeiçoar as competências técnicas e gerenciais dos servidores da SETIC, por meio da execução do Plano Anual de Capacitação do ano de 2022.</p>	<p>Estimado/realizados:</p> <ul style="list-style-type: none"> -Atender às necessidades de capacitação técnica e gerencial das equipes da Setic. -Proporcionar ao Tribunal e entrega de serviços dentro de padrões de alta qualidade e eficiência, alinhado às melhores práticas de mercado. 	<p>(maio/2023)</p>	<p>R\$347.842,38</p>	<p>R\$254.805,44</p>
<p>Elaboração e acompanhamento do PDTIC 2022-2023</p> <p>Nome antigo: Elaboração do PDTIC 2022-2023 e acompanhamento ano 2022 (replanejada para contemplar dos 2 anos)</p> <p>Elaboração da nova metodologia de gerenciamento de projetos e gestão de portfólio</p>	<p>Objetivo: que foi feito: Suporte na elaboração do PDTIC 2022-2023 e acompanhamento das suas ações.</p> <p>Objetivo: que foi feito: Elaborar e publicar a nova metodologia de gerenciamento de projetos e de gestão de portfólio de TIC.</p>	<p>Estimado/realizados:</p> <ul style="list-style-type: none"> -Planejamento das ações da SETIC a serem realizadas no ano de 2022-2023, alinhadas às necessidades do TRT4. -Informações com orientação sobre as diretrizes, a governança e gestão de TIC. -Informações sobre o catálogo de serviços e sistemas. -Consolidação do Plano de Contratações da SETIC. -Consolidação do Plano de Capacitação da SETIC. -Consolidação de Informações sobre o Plano de Transformação Digital. 	<p>(dezembro/2023)</p>		
<p>GPREC - Migração dos dados do sistema legado (PRECAT)</p>	<p>Objetivo: Migrar os dados do sistema legado de Precatórios (PRECAT) para o novo sistema (GPREC), objetivando descontinuar o PRECAT e centralizar todos os precatórios em tramitação no GPREC. Devem ser migrados os precatórios registrados no PRECAT até junho/2020.</p> <p>O que foi feito: Migração dos precatórios dos anos de 1997 a 2020, contidos no sistema legado de precatórios (PRECAT), para o novo sistema GPREC. O sistema GPREC já estava sendo utilizado em produção pelo TRT4 desde o ano de 2020 e agora, com a migração do legado, todos os precatórios estão centralizados apenas nesse sistema.</p> <p>O projeto contou com a equipe da CIS e apoio da CDS e CIT.</p>	<p>Estimado:</p> <ul style="list-style-type: none"> -TRT4 utilizar apenas o novo sistema nacional de gestão de precatórios; -Descontinuar o PRECAT. -Todos os precatórios estarão centralizados em um único sistema. -Integrações futuras com o PJE e com o PJeCALC. <p>Realizado:</p> <ul style="list-style-type: none"> -Descontinuidade do sistema PRECAT. -Utilização apenas do sistema nacional de gestão de precatórios (GPREC), não necessitando consultar o sistema legado. -Centralização de todos os precatórios em um único sistema. -Possibilidade de integrações futuras com o PJE e com o PJeCALC. 	<p>(07/outubro/2022)</p>		
COORDENADORIA DE IMPLANTAÇÃO DE SISTEMAS (CIS)					
<p>Reformulação da página de sistemas no VOX e PORTAL</p>	<p>Objetivo: que foi feito: Disponibilizar páginas interna e externa atualizada contendo os principais sistemas, manuais e informações sobre problemas e respectivas soluções, voltada respectivamente para usuário interno e externo.</p>	<p>Estimado:</p> <ul style="list-style-type: none"> -Auto-atendimento relacionado a utilização de sistemas. <p>Realizado:</p> <ul style="list-style-type: none"> -Auto-atendimento relacionado a utilização de sistemas. -Maior agilidade na consulta das informações para solução de dificuldades e dúvidas dos usuários, em relação aos sistemas. -Diminuição da necessidade de contato ao suporte de sistemas. -Maior organização das informações sobre os sistemas. 	<p>(maio/2023)</p>		
<p>Gestão de conhecimentos sobre o catálogo de produtos judiciais e administrativos</p>	<p>Objetivo: que foi feito: Levantar, em conjunto com as demais coordenadorias, registrar e manter atualizados no ORACULUM os diversos conhecimentos técnicos, de sustentação e de negócios relativos aos produtos judiciais e administrativos.</p> <p>O que foi feito: Registrados no ORACULUM os diversos conhecimentos técnicos, de sustentação e de negócios relativos aos sistemas judiciais e administrativos existentes no TRT4. Definido fluxo para atualização de informações/inclusão de novos sistemas.</p>	<p>Estimado:</p> <ul style="list-style-type: none"> -Possuir uma base de conhecimentos técnicos atualizada que possa ser utilizada por todos os servidores da SETIC. <p>Realizado:</p> <ul style="list-style-type: none"> -Possuir uma base de conhecimentos técnicos sobre os sistemas do TRT4, atualizada e que possa ser utilizada por todos os servidores da SETIC. -Agilizar o acesso às informações dos sistemas em uso pelo TRT4. -Facilitar e ampliar o acesso, evitando duplicações e facilitando a atualização dessas informações. 	<p>(fevereiro/2023)</p>		
<p>SIGEO: diárias e viagens</p>	<p>Objetivo: que foi feito: Implantar o módulo do sistema SIGEO para diárias e viagens.</p>	<p>Estimado/Realizado:</p> <ul style="list-style-type: none"> -Eliminar essa dependência do sistema antigo de RH, contribuindo para sua desativação. -Utilização de sistema nacional. -Simplificação do processo (antes necessário utilização de 3 sistemas. Com o SIGEO, utilização de apenas 1). -Redução de possibilidade de falhas. -Clareza no processo. 	<p>(dezembro/2023)</p>		
COORDENADORIA DE SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO E PROTEÇÃO DE DADOS (CSIPD)					
<p>Implementação de soluções de proteção contra ataques cibernéticos (Protocolos de Segurança Cibernética)</p>	<p>Objetivo: Implementação de soluções de proteção contra ataques cibernéticos, conforme for indicado na avaliação de soluções tecnológicas atuais (de acordo com o cronograma do Protocolo de Segurança Cibernética - PPCIber). Obs.: No prazo desta ação, que acompanha o prazo encerrado no CNJ no projeto dos Protocolos de Segurança Cibernética, serão realizadas as implementações possíveis de serem priorizadas nesse período. Caso restarem implementações a serem feitas, serão parte de um plano de trabalho posterior.</p> <p>O que foi feito: Implementação de soluções de proteção contra ataques cibernéticos, conforme for indicado na avaliação de soluções tecnológicas atuais (de acordo com o cronograma do Protocolo de Segurança Cibernética - PPCIber). Principais ações realizadas: elaborado o "Relatório de riscos cibernéticos - Resultado das Ações de Monitoramento e Proteção", para registro das ações a serem realizadas referente a esse item. Implantação do NGAV. Revisão do guia de desenvolvimento seguro. Implantação de solução em nuvem (AWS) para proteção e otimização de borda de rede. Implantação de solução de gestão de vulnerabilidade. Implementação de melhorias no controle de execuções e de script. Atualização de sistema operacional de servidores. Sanitização das credenciais administrativas/privilegiadas. Implantação de solução de gerenciamento de acesso privilegiado (PAM).</p>	<p>Estimado/Realizado:</p> <ul style="list-style-type: none"> -Redução de riscos de ataques cibernéticos ao TRT4, por meio da implementação de soluções de proteção eficazes. -Atendimento ao Protocolo de Prevenção a Incidentes Cibernéticos do Poder Judiciário (PPICiber). 	<p>(dezembro/2023)</p>		

Criação/adequação dos sistemas de monitoramento (Protocolos de Segurança Cibernética)	<p>Objetivo: Adequação dos sistemas de monitoramento do ambiente tecnológico para detecção de anomalias que possam indicar a ocorrência de ataques cibernéticos, conforme for indicado na avaliação de soluções tecnológicas atuais (de acordo com o cronograma do Protocolo de Segurança Cibernética - P3Ciber). Ose, no prazo desta ação, que acompanhará o prazo estabelecido no CNJ no projeto dos Protocolos de Segurança Cibernética, serão realizadas as adequações positivas de serem prioritizadas nesse período. Caso restarem adequações a serem feitas, farão parte de um plano de trabalho posterior.</p> <p>O que foi feito: Elaborado o "Relatório de riscos cibernéticos - Resultado das Ações de Monitoramento e Proteção", para indicação das ações a serem realizadas referente a esse item. Link: https://docs.google.com/document/d/1g6NjCk7nL_SueRynOM4fDNZt4PN7aa8C7vtUz2ajkw/edit</p> <p>Resumo das ações: -Em utilização solução NCrAV (módulo EDR), que contempla melhoria na capacidade de monitoramento, bem como o AWS, que dá visibilidade de tráfego externo nos sistemas que estão no CNJ. -Realizada POC com solução de monitoramento de eventos de segurança NDR. Benefícios da solução foram comprovados. Posteriormente, avaliar contratação da solução (CSIPD, concluído em jan/23). -Implementado a solução de perfil de vulnerabilidades, a qual evita vulnerabilidades das fragilidades existentes no ambiente do TRT e a evolução da correção (CSIPD, concluído em jan/23). -MCM/ETIC da solução em funcionamento há mais de um ano, visibilidade e capacidade de resposta a eventos maliciosos em desktops e servidores (CSIPD, concluído em fev/23). -AVS (solução de proteção de borda de rede). Embora ainda não finalizada a implantação, o que já está em produção prova a visibilidade dos eventos de borda de rede (cloud watch) de serviços críticos como o portal WWW e o PROCAD (CSIPD, criada na SETIC a Seção de Monitoramento de Infraestrutura e Aplicações (SIMONI), fortalecendo ações nesse assunto, incluindo sensibilização).</p>	<p>Estimado: -Redução de riscos de ataques cibernéticos ao TRT4, por meio de sistemas de monitoramento adequados. -Atendimento ao Protocolo de Investigação de Ilícitos Cibernéticos do Poder Judiciário (PICIBer).</p> <p>Realizado: -Os acima e -Aumento de maturidade em relação às atividades de monitoramento do ambiente tecnológico.</p>	(março/2023)		
Ajustes de sincronização de registro de logs (Protocolos de Segurança Cibernética)	<p>Objetivo: Realização de eventuais ajustes de sincronização de registro de logs nos sistemas e serviços, que foram apontados na análise das soluções atuais (de acordo com o cronograma do Protocolo de Segurança Cibernética - P3Ciber). Ose, no prazo desta ação, que acompanhará o prazo estabelecido no CNJ no projeto dos Protocolos de Segurança Cibernética, serão realizados os ajustes positivos de serem prioritizados nesse período. Caso restarem ajustes a serem feitos, farão parte de um plano de trabalho posterior.</p> <p>O que foi feito: Elaborado relatório de análise dos logs/sincronização de hora P3Ciber - Avaliação do nível de registro de informações (logs) - https://docs.google.com/document/d/1u3S8m0F1WkU7Z70R0Dk3Nz4vZ1Cj0d4s_EZ73/edit. Relatório concluído e encaminhado para CIT e CDS, que irão perceber eventuais necessidades de ajustes, conforme seu despacho.</p>	<p>Estimado: -Veracidade e coerência no registro de horário nos ativos, serviços e sistemas contidos no ambiente tecnológico, fornecendo informações para a investigação de ilícitos cibernéticos. -Atendimento ao Protocolo de Investigação para Ilícitos Cibernéticos do Poder Judiciário (PICIBer).</p> <p>Realizado: -Levantamento de informações sobre a veracidade e coerência no registro de horário nos ativos, serviços e sistemas contidos no ambiente tecnológico, para eventuais tratamentos de ilícitos cibernéticos. -Atendimento ao Protocolo de Investigação para Ilícitos Cibernéticos do Poder Judiciário (PICIBer).</p>	(fevereiro/2023)		
Adequação da SETIC/TRT4 à LGPD - CNJ 363/2021	<p>Objetivo: Realizar análise e implementação das ações prioritárias necessárias de responsabilidade da SETIC, para aderência do TRT em relação à Resolução CNJ nº 363/2021, que estabelece medidas para o processo de adequação à LGPD a serem adotadas pelas Tribunais.</p> <p>O que foi feito: Análise e implementação das ações prioritárias necessárias de responsabilidade da SETIC, para aderência do TRT em relação à Resolução CNJ nº 363/2021, que estabelece medidas para o processo de adequação à LGPD a serem adotadas pelas Tribunais. Elaborado plano com as ações a serem realizadas: https://docs.google.com/spreadsheets/d/16wEONP5svVPL-1Nrc300kxocbX1aV10vR0mN_uw/edit#gid=1</p> <p>Ações contidas no plano que foram concluídas: 1. Adequações no Portal Internet (página LGPD e mensagem de cookies). 2. Elaborado plano de resposta a incidentes para vazamento de dados pessoais. 3. Avaliados sistemas e bancos de dados que tratam dados pessoais. 4. Revisados os modelos de minutos de contratos e convênios, no que se refere ao tratamento de dados pessoais. 5. Definido fluxo para informar o CGPD sobre os projetos de automação e inteligência artificial. 6. SETIC capacitada no assunto LGPD.</p>	<p>Estimado: Adequação à LGPD dos itens que são de responsabilidade da SETIC.</p> <p>Realizado: -Adequação à LGPD dos itens que são de responsabilidade da SETIC. -Aumento do nível de proteção das informações de dados pessoais. -Maior segurança em relação a contratação de terceiros, por meio da revisão de contratos e inclusão de cláusulas coerentes com a LGPD.</p>	(março/2023)		
Implantação de solução em nuvem para proteção e otimização de borda de rede	<p>Objetivo: Contratação e adoção de solução em nuvem para aprimoramento da segurança de borda da rede, protegendo o Tribunal de ameaças (ataques de negação de serviço, robôs de consulta em massa e invasões por inserção de código malicioso) antes mesmo que eles alcancem suas fronteiras com a internet. O serviço deverá incluir uma rede de distribuição de conteúdo (CDN - content delivery network), um firewall de aplicativos web (WAF - web application firewall), solução de gestão de robôs, blindagem de site (forçando todo tráfego através das ferramentas de segurança) e serviço de nomes de domínio (DNS - domain name services).</p> <p>O que foi feito: Solução AWS contratada. DNS em nuvem implantado. CDN, WAF e AntiDDoS implantados para os três sistemas que compõem o escopo da implantação da solução: PROCAD, WWW e P3e.</p>	<p>Estimado/Realizado: Aumentar substancialmente o nível de segurança da infraestrutura tecnológica e dos ativos de informação do Tribunal, melhorando a segurança da informação do processo judicial.</p>	(julho/2023)	R\$1.991.089,63 (implantação e 12 mensalidades)	R\$25.349,05 mensal Sem custo de implantação
SGSI ciclo 22/23	<p>Objetivo/que foi feito: Manutenção do nível e da maturidade da segurança da informação no TRT4.</p> <p>O que foi feito: realizado o SGSI ciclo 22/23, contendo ações como: revisão da Política de Segurança da Informação do TRT4; revisão dos PCN's; revisão do Escopo do SGSI e Declaração de aplicabilidade; levantamento de riscos; revisão dos processos de SegInf e revisão de indicadores e metas; análise de aderência ao guia de proteção de infraestrutura crítica, do CNJ; elaboração do Plano de Tratamento de riscos e relatório de análise crítica.</p>	<p>Estimado/Realizado: Manutenção e/ou melhoria de índices aceitáveis de disponibilidade, integridade e confidencialidade das informações, sistemas e infraestrutura tecnológica do Tribunal.</p>	(dezembro/2023)		
Estudo e contratação de solução de firewall corporativo	<p>Objetivo/que foi feito: Avaliar soluções de mercado para substituir o firewall de rede checkpoint, cujo contrato de suporte e de atualização se encerra em out/2023.</p>	<p>Estimado/Realizado: Atualização tecnológica da solução de firewall corporativo. Manutenção do nível de proteção do ambiente tecnológico de forma contínua.</p>	(novembro/2023)		
Implantação de solução de gestão de vulnerabilidade	<p>Objetivo: Adotar uma solução que possibilite descobrir, monitorar, priorizar a correção de vulnerabilidades no ambiente tecnológico.</p> <p>O que foi feito: Implantada solução de gestão de vulnerabilidades "Tenable", possibilitando descobrir, monitorar e priorizar a correção de fragilidades no ambiente tecnológico do TRT4.</p>	<p>Estimado/Realizado: Redução de fragilidades no ambiente tecnológico. Contribuição para o aumento da maturidade da segurança cibernética do TRT4. Maior elevidade no controle de riscos cibernéticos.</p>	(dez/2022)	R\$4.593.828,66 (implantação e 12 mensalidades)	Custo da solução de gerenciamento de vulnerabilidade Tenable R\$3.042.980,00 + suporte R\$10.000,00 mensal + treinamento R\$34.400,00
Estudos para implantação de processo de testes de segurança de aplicações	<p>Objetivo: Realizar estudos para elaboração, definição e implantação de um processo de testes de segurança das aplicações desenvolvidas e utilizadas no TRT, contemplando avaliação de soluções/ferramentas open source e pagas.</p> <p>O que foi feito: Realizados estudos e testes para elaboração, definição e implantação de um processo de testes de segurança das aplicações desenvolvidas e utilizadas no TRT, contemplando avaliação de soluções/ferramentas open source e pagas. Além disso, as demais ações foram realizadas: -Processo de testes definido (falta apenas formalização). -Modelo de relatório de testes definido e já adotado. -Utilizado o módulo Scan de vulnerabilidades para análise em aplicações web (contido na solução de gestão de vulnerabilidades). -Revisado e atualizado o guia de desenvolvimento seguro.</p>	<p>Estimado: Aumento do nível de segurança do ambiente tecnológico. -Aumento do nível de maturidade de segurança da informação. -Redução do risco de incidentes cibernéticos.</p> <p>Realizado: -Os acima e -Correção de fragilidades críticas e moderadas das aplicações web.</p>	(fevereiro/2023)		